

**SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – MTE/SENAES
FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES
GRUPO DE TRABALHO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA -
GTFORMAÇÃO**

**II OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**“UMA OUTRA PRÁTICA EDUCATIVA ACONTECE”
(RELATÓRIO)**

**Brasília/DF
2007**

APRESENTAÇÃO

A II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária foi realizada entre os dias 16 a 18 de abril de 2007, em Brasília/DF, organizada e coordenada pelo Grupo de Trabalho de Formação (FBES e SENAES). No evento ocorreu o debate e aprofundamento de questões e sistematização sobre os seguintes temas:

- **Princípios e Diretrizes metodológicas da Formação/Educação em Economia Solidária;**
- **Política Pública de Formação em Economia Solidária;**
- **Rede Nacional de Formadores/Educadores em Economia Solidária.**

A sistematização do debate nacional sobre a Formação/Educação em Economia Solidária começou na I Oficina Nacional, realizada em outubro de 2005, que contou com a participação de representantes de 40 experiências de formação/educação. As experiências foram registradas em fichas e a discussão coletiva entre seus representantes permitiu a elaboração coletiva de um documento contendo os "PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO PROCESSO FORMATIVO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA". Este documento foi publicado pela SENAES/MTE e passou a ser uma referência importante sobre o tema, chamado carinhosamente de "livrinho verde" pelos formadores/educadores.

No entanto, considerando o número limitado de experiências participantes e a necessidade de aprofundamento dos temas/questões, o processo continuou em 2006, sob a coordenação do GT- Formação em Economia Solidária (SENAES/FBES), com a realização de cinco Oficinas Regionais nas quais participaram mais de 150 experiências de formação, sendo que foram elaboradas fichas de experiências de mais de 200 processos formativos.

Aqui é importante registrar a metodologia desenvolvida pelo GTFormação em sua atuação desde 2005: a compreensão de que os formadores e as formadoras, oriundos (as) de empreendimentos ou de assessorias ou ainda da gestão pública, precisam sistematizar suas experiências. Esta compreensão fez com que se produzisse continuamente documentos, muitos deles construídos coletivamente, que estão favorecendo a criação de uma identidade dos/das formadores/as em Economia Solidária no Brasil. Foi o que aconteceu já com o primeiro documento coletivo, o "livrinho verde", que foi discutido de norte a sul do país, sem maiores discordâncias sobre seu conteúdo, mas principalmente acréscimos e aprofundamentos.

A partir dos relatórios das Oficinas Regionais sobre o tema dos "Princípios e Diretrizes Metodológicas da Formação/Educação em Economia Solidária" foi elaborada nova síntese do debate incorporando as contribuições dos/as participantes das Oficinas Regionais. Na ocasião da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, realizada em abril de 2007, com a participação de 50 formadores/educadores, a partir dos debates nos grupos de trabalho e da plenária foi possível

consensuar uma nova síntese sobre a questão. Considerou-se aí quatro eixos inter-relacionados: princípios, diretrizes metodológicas, proposta de conteúdos e sistematização dos processos formativos/educativos em Economia Solidária. (Ver parte I)

A Oficina Nacional também foi uma oportunidade de aprofundamento de dois temas fundamentais para os processos formativos na economia solidária. O primeiro se refere ao debate sobre a relação da formação em economia solidária e a "Educação Popular", incorporando o acúmulo histórico dos movimentos sociais e populares. O outro tema aprofundado diz respeito aos desafios da formação em Economia Solidária para a organização autogestionária e a qualificação para a eficiência econômica. Para aprofundamento desses dois temas foram elaborados alguns textos que estão disponibilizados em anexo a este relatório.

Outro eixo temático sistematizado e debatido foi o das Políticas Públicas de Formação em Economia Solidária, aprofundando o que já havia sido construído coletivamente em 2005, por ocasião da I Oficina Nacional. Quase dois anos depois, durante a II Oficina Nacional foi possível conhecer e debater com maior clareza as posições e proposições da Secretaria Nacional de Economia Solidária e de outros Ministérios, que se fizeram presentes na abertura da Oficina, e debater a sistematização das contribuições das Oficinas Regionais sobre este eixo de discussão que, de certa maneira, refletem os acúmulos dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária.

Deve-se destacar que entre a I Oficina e esta foi sendo incorporado nesta agenda um tema que ganhou força no âmbito das atividades do GT de Formação: A Rede de Formadores em Economia Solidária. Assim sendo, na segunda parte da Oficina, tivemos a oportunidade de apresentar propostas e construir um painel, aprofundar o debate e propor encaminhamentos nos grupos de trabalho e definir encaminhamentos em plenária, sobre o tema das Políticas Públicas de Formação e da Rede de Formadores em Economia Solidária (Parte II deste relatório).

Portanto, o presente relato aglutina os conteúdos da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária na perspectiva de fomentar o debate sobre uma nova forma de trilhar no caminho de ensinar e aprender, em que a radicalização da participação de educador e educando, aqui denominada de metodologia autogestionária, é o elemento constitutivo e ontológico do ser formativo.

Como parte integrante do debate do GT de Formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES / MTE, o conteúdo que se segue, constitui o ponto de partida na fundação da Rede Nacional de Educadores e Educadoras em Economia Solidária.

PARTE I

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES METODOLÓGICAS DA FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em tudo que fazemos existe algo que nos une e nos orienta. Este algo denominamos como princípios da prática educativa. No momento em que nos une ou que deliberadamente resolvemos mudá-los, estamos fazendo educação/formação. Por um aspecto, quando esses princípios são superados pela própria dinâmica da prática educativa, mas não nos "damos conta" que eles não sevem mais para nossas opções de viver, e não os modificamos, estamos renunciando a uma dimensão fundante da educação, que é o refletir a prática coletiva que nos transforma em sujeitos da história humana. Em outro aspecto, se aceitamos, sem reflexão, princípios ocultos à nossa prática educativa, estamos sendo objetos da história de sujeitos políticos, sociais e culturais, muitas vezes, estranhos aos nossos interesses de transformar a realidade sócio-econômica dominante no país.

Os princípios da prática educativa podem ser objetivos e subjetivos, assim sendo, o primeiro deles é o agir-refletir-agir. Trata-se de algo que revela o sentido último do ser e fazer o humano. Os princípios são o início de tudo. Início não na perspectiva cronológica ou evolutiva, mas como presença, que novas práticas são realizadas e a ele se remetem para não perderem a perspectiva emancipadora e autogestionária.

Portanto, princípios e diretrizes metodológicas da formação/educação em economia solidária são dinâmicos e dinamizados pela prática metodológica. Não podem ser entendidos como algo estático, doutrinário, mas caminho em que a prática do viver educativo se faz e os refazem na relação do refletir-agir-refletir-sistematizar, ou seja, nos fazem dentro de uma práxis em que o alimento da vida é o fazer da história.

Ao objetivarmos nossos princípios e diretrizes nos pontos abaixo, queremos manifestar a sistematização coletiva de nossa prática educativa, nossa subjetividade, nossa capacidade, que no interior de nossa luta pela emancipação do trabalho, revela potencialidades e limites de coletivamente escrevermos nossos debates.

1. Os processos formativos/educativos têm como princípio e, ao mesmo tempo como horizonte, os valores e práticas da Economia Solidária (Ver Carta de Princípios em www.fbcs.org.br) – economia esta que tem como centralidade a construção de novas relações econômicas e sociais que são construídas e reconstruídas cotidianamente pelos sujeitos que a constituem. Fundamenta-se na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção da vida, portanto, o ponto de partida dos processos formativo/educativos é a ação solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições sócio-econômicas, respeitando as diferenças de gênero, raça-etnia, geração, religiosidade.

2. A formação/educação em Economia Solidária tem em conta a solidariedade em sua dimensão ontológica (condição humana, constitutiva da vida social), bem como as diferentes concepções e práticas de solidariedade que se manifestam nos diversos espaços/tempos pessoais e históricos que, inclusive, convivem num mesmo espaço físico/subjetivo. Sintonizando-se na potencialização de redes de cooperação solidária, as práticas pedagógicas propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida.
3. Além disso, fortalecem a organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de um projeto econômico-social e político que fundamenta-se na valorização do trabalho (e não do capital). Para tal, ao mesmo tempo em que se substancia na denúncia da exploração do trabalho, na crítica à lógica excludente da economia capitalista e ao sistema opressor que fragmenta o ser humano (dividindo a sociedade entre “compradores e vendedores de força de trabalho”), os processos educativos desenvolvidos na Economia Solidária anunciam outras relações de poder, fundamentadas na cooperação e autogestão, construindo uma outra sociabilidade, uma outra sociedade, uma outra forma de produção da vida.
4. A formação/educação em Economia Solidária implica na construção de novas relações entre as pessoas e, também, entre elas e a natureza (da qual os seres humanos são parte integrante). Estimulando processos de trabalho e práticas sócio-ambientais que respeitam e preservam a biodiversidade da flora e fauna, assim como dos demais elementos que compõem o ambiente, as práticas educativas buscam o reencontro dos seres humanos consigo mesmos, com a comunidade local, com a sociedade, com o planeta e com o universo.
5. Os processos formativos e educativos como os demais processos autogestionários de produção da vida têm como perspectiva o trabalho-criação, no qual homens e mulheres têm o controle sobre todo o processo de produção, administração, beneficiamento, distribuição, troca e consumo ético/crítico/consciente dos frutos do seu trabalho.
6. A finalidade da atividade econômica são os próprios seres humanos nesse sentido, os processos educativos fundamentam-se no exercício prático da democracia autogestionada, contribuindo para que todas as pessoas envolvidas possam resgatar os sentidos do trabalho, afirmando sua autonomia enquanto sujeitos construtores de história e de cultura. A formação se dá no compartilhamento das experiências, na troca de saberes, no diálogo entre prática e teoria. Assim, o sujeito do conhecimento é o conjunto das pessoas envolvidas neste processo.
7. Os processos educativos concebidos como processo de trabalho, promovem a construção coletiva de conhecimentos e de novas práticas sociais, entendidas como princípio emancipador dos trabalhadores e trabalhadoras. A formação/educação em Economia Solidária tem como ponto de partida e chegada à autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras contribuindo para o fortalecimento da emancipação coletiva.
8. Ao resgatar valores e práticas que nos encaminham para o exercício de uma ética da solidariedade, as práticas educativas/formativas da Economia Solidária contribuem para a auto-estima do grupo de trabalhadoras e trabalhadores associados, estimulando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades humanas.

9. Os processos educativos, defendendo o respeito à vida em todas as suas dimensões e incorporando a afetividade e a sensibilidade como elementos de formação humana, reconhecendo a busca da alegria, da felicidade e da liberdade individual e coletiva como direitos da pessoa, favorecem a redescoberta do sentido do fazer, o reencontro do prazer da criação. O resgate da cultura popular e a incorporação dos bens simbólicos, a música, a dança, o teatro, as artes plásticas e outras manifestações da cultura, são considerados elementos constituintes das práticas educativas/formativas.
10. As ações pedagógicas, respeitando as afinidades já existentes entre as pessoas, respeitando também o tempo de caminhada de cada grupo e de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, percorrem caminhos que propiciam a reintegração dos saberes que o capitalismo fragmentou, articulando-os às práticas cotidianas de vida e trabalho, de maneira a favorecer o nexos entre ação/reflexão/ação. Indo além do ativismo e da mera "ação-militante", cabe aos educadores buscar os meios para incorporação de referenciais teórico-metodológicos que ajudem na compreensão e transformação da realidade, estimulando a criação de novos conhecimentos que possam ressignificar valores e práticas sociais.
11. A inserção e articulação em redes é um princípio educativo fundamental.
12. O processo educativo tem como fundamento criar um espírito investigativo coletivo, capaz de envolver todos os atores e atrizes dos processos de formação, tanto para desvelamento do mundo como para busca de caminhos que favoreçam transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Por não existir neutralidade nas relações econômicas e sociais e tampouco nas práticas educativas, a educação deve ser concebida como um ato político a favor da emancipação humana, constituindo-se em um espaço de lutas, contradições e disputas. Por meio da ação dialógica problematizadora que garanta horizontalidade das relações sócio-educativas, a autoridade do educador é validada na própria prática pedagógica libertadora. Para tal, é necessário o respeito à alteridade, ou seja, respeito ao outro em todas as suas diferenças.
13. As ações político-pedagógicas pressupõem conteúdos e metodologias de trabalho cujos horizontes encontram-se com os princípios da Economia Solidária. Considerados como momentos educativos, inclusive para os próprios trabalhadores-educadores, a avaliação, a sistematização e a socialização sobre as experiências concretas de formação dos trabalhadores e trabalhadoras acontecem de forma permanente, permitindo a (re)construção das práticas sociais e dos sentidos do trabalho. Em outras palavras, o próprio espaço de trabalho dos empreendimentos é concebido como instância e como princípio educativo, cujo horizonte é a criação coletiva de uma nova cultura do trabalho para viabilizar novas relações econômico-sociais, validando os conhecimentos dos trabalhadores e trabalhadoras.

DIRETRIZES METODOLÓGICAS

A economia solidária, seus parceiros e seus aliados, envolvidos que estão na economia de mercado capitalista, requer que estejamos atentos à mudança em tudo que fazemos: nossos gestos, atitudes e relações econômicas e políticas. A metodologia está em tudo que se faz, ela é um meio envolvente. Porém, a metodologia autogestionária não se reduz ao fazer, mas correlaciona as formas do fazer com seus conteúdos, sobretudo, articula consciência e mundo (meio envolvente das pessoas), na perspectiva histórica de superação do estado atual da realidade de mercado capitalista que a tod@s envolve. Neste sentido, a metodologia autogestionária desnaturaliza a metodologia do mercado capitalista que individualiza o trabalhador e trabalhadora como ente consumidor, despossuído da capacidade de produção criativa da história.

Então, metodologia é vida, vida pensada, subjetivada, problematizada, atitude crítica e autocrítica do fazer cotidiano e dos projetos econômicos e políticos estabelecidos e em produção nas práticas de grupos e classes sociais. Metodologia de formação em economia solidária é consciência coletiva que toma conta do processo da ação, organiza, articula a manutenção da vida, o econômico, com a organização política, dando outro sentido de viver nesta sociedade.

As diretrizes metodológicas abaixo resultam da sistematização que busca objetivar a subjetividade do meio educativo em economia solidária mediante a percepção dos participantes da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária.

Diretriz estruturante:

“Não se faz formação sem praticar o que se está propondo, logo, o método para a integração, construção e partilha dos saberes deve ser também autogestionado”.

Conceitos básicos:

Métodos: compreendem a escolha e a articulação dos caminhos, as técnicas, as ferramentas e os conteúdos, coletivamente definidos, para apreender a realidade, para transformá-la e atingir determinados objetivos e desafios coletivamente definidos.

Metodologia: compreende práticas, estudos, conceitos, abordagens, compreensões de diferentes métodos, construídos coletivamente pelos trabalhadores/as, formadores/as e outros atores e atrizes, a partir dos desafios e princípios de Economia Solidária, desde a concepção de mundo, planejamento, diagnóstico, projeto, execução, monitoramento e avaliação dos processos de construção coletiva de conhecimentos.

Diretrizes para a metodologia de formação /educação em Economia Solidária:

1. Incorpora a participação, não como uma técnica, mas como uma estratégia fundante da valorização dos diversos saberes, superando, pela prática educativa, a separação entre trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho

produtivo e trabalho reprodutivo. A metodologia autogestionária une e humaniza o que o capitalismo divide e desumaniza em suas hierarquias valorativas. A metodologia autogestionária é o caminho para uma nova sociedade. A metodologia deve valorizar o empoderamento dos atores sociais/sujeitos da Economia Solidária.

2. Prioriza, na construção dos instrumentos metodológicos de formação/educação, os elementos e produções da cultura popular de cada região. Neste processo os caminhos e os meios produzem os fins, ao invés dos fins justificarem os meios.
3. A prática formativa em seus conteúdos, métodos e técnicas como produção de saberes e sentido de vida, supõe a participação autogestionária.
4. Para além do reconhecimento do valor da produção material, trabalhar o sentido do valor da produção imaterial ou do simbólico da humanidade (saber, cultura, crenças, conhecimento, produção teórica, entre outros) reconhecendo que toda produção imaterial também gera riqueza e agrega valor aos processos produtivos.
5. A cultura autogestionária reconhece a diversidade das expressões humanas como fundantes de uma nova sociedade. Os métodos devem privilegiar a diversidade da linguagem (incluindo gestos, danças, música, novos termos), respeitando os tempos de aprendizagem, os repertórios, as expectativas e condições existentes em diferentes contextos.
6. A metodologia de educação/formação em Economia Solidária é contextualizada, ou seja, é fundamentada na situação concreta dos sujeitos. Considerando as diversas dimensões (cultural, social, política, entre outras) partindo da leitura da realidade estrutural para a realidade local.
7. Todo processo formativo deve partir de um diagnóstico participativo construído junto aos seus participantes. O método autogestionário acontece inicialmente por uma identificação da necessidade de mudança da realidade vivida. O ponto de partida é o radical compromisso com a causa dos trabalhadores. É a indignação com as estruturas de opressão que une educador/educando por meio do diagnóstico participativo autogestionário.
8. A metodologia de formação/educação para a Economia Solidária deve ser pensada também no contexto do trabalho de forma específica para os membros de assessorias e entidades de apoio e fomento à Economia Solidária, buscando construir a autogestão nas práticas desses sujeitos. Essa metodologia deve proporcionar que os membros de assessorias e entidades de apoio construam relações de cooperação internas e entre suas organizações.
9. Construir instrumentos metodológicos de gestão, administração, planejamento, entre outros, com linguagens apropriadas para a Economia Solidária, tratando de fenômenos inerentes aos conteúdos e princípios, linguagens e valores pertinentes à Economia Solidária que não são os do capitalismo.

Os métodos devem adequar a satisfação (imediate e a longo prazo) do indivíduo com a satisfação coletiva, levando em conta os princípios da Economia Solidária e os aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais, psicológicos e as políticas organizacionais. O sujeito histórico autogestionário é múltiplo, diverso e uno. Articula as necessidades imediatas dos indivíduos com as lutas coletivas dos grupos e classes sociais. O sujeito histórico autogestionário une economia e política. Faz economia política a partir do seu trabalho e faz política para valorização do seu trabalho na economia.

10. A metodologia tem como desafio unir teoria e prática numa nova práxis de avaliação crítica e autocrítica coletiva tendo a sistematização como instrumento. Este processo coletivo que vai do registro, organização, classificação das experiências e conteúdos produzidos, são subsídios para crítica e autocrítica, validando as práticas, sensibilizando outros atores e concretizando as aprendizagens. Elas são fundamentos de construção da cultura e da história, dando um novo sentido de viver em sociedade.
11. As metodologias em Economia Solidária devem considerar a interação entre o saber popular e o saber técnico-científico valorizando ambos. O espaço social de interação e de construção coletiva dos saberes – prático e intelectual – encontram-se na vivência pedagógica do apre(e)nder a Economia Solidária.
12. A “Metodologia Autogestionária” deve contemplar a participação radical de tod@s os/as envolvid@s nos processos decisórios de planejamento, execução, avaliação e sistematização das atividades. A metodologia autogestionária não se resume a formação, mas é a natureza fundante das relações econômicas e políticas de quem pratica Economia Solidária. Ela deve propiciar o sentido da participação e cooperação, simultaneamente, a formação para os serviços e produtos ofertados pelos empreendimentos e a busca do exercício da cidadania ativa.
13. As metodologias, portanto, devem promover a construção dos vínculos sociais a partir das relações afetivas e de confiança nas interações entre sujeitos como “ato pedagógico”. As relações de confiança partem da “cumplicidade ética” entre os diferentes grupos sociais (empreendimentos, entidades de apoio, gestores públicos comprometidos com a Economia Solidária) na luta por uma sociedade solidária nas suas estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais.
14. A metodologia deve promover o intercâmbio de experiências dos processos de formação, de produção, de gestão e outros entre os empreendimentos, como espaço de aprendizagem e convivência. A diversidade de experiências em busca de emancipação econômica revela uma riqueza de micro estratégias que podem, somadas a tantas outras, configurar uma consciência coletiva da solidariedade econômica.
15. A metodologia deve motivar a integração entre a produção coletiva do conhecimento e as mudanças de condutas desejadas (produção, classe, tecnologia, gênero, raça, etnia, geração e consumo) como ferramenta de superação da fragmentação da sociedade capitalista, propiciando ao trabalhador/a a apropriação de todo o processo sócio-produtivo.
16. O processo de construção da cultura da solidariedade requer espaços sociais em que a formação deva acontecer de forma lúdica e prazerosa. A descoberta do mundo pela atividade de transformação da natureza e pelos sentidos que se dá a este mundo e as relações humano-sociais são partes integrantes do processo formativo em Economia Solidária.
17. A pedagogia da metodologia autogestionária supõe o cuidado na seleção e uso das técnicas que apóiam os processos educativos. Trabalhando a dimensão das relações humanas e dos conflitos no ato pedagógico, utilizando técnicas apropriadas.
18. As metodologias autogestionárias estimulam a participação nas atividades de pesquisa-investigação e indagação na geração e sistematização do conhecimento. Por meio da pesquisa social e suas técnicas: pesquisa-ação,

etnografia-reflexiva, observação participante, avaliação qualitativa, monitoramento, avaliação-participativa e estudos de caso.

19. A construção coletiva de conhecimento requer a produção social na valorização da mística de solidariedade e autogestão como símbolos, trocas e sinergia positiva em diferentes momentos do processo educativo. Portanto, no processo educativo, nunca se "erra", nunca se "acerta", mas aprendemos em comunhão.
20. Os processos avaliativos são fundamentos da metodologia de Economia Solidária. A avaliação contextualizada da prática desenvolvida deve possibilitar o aprendizado para os diversos segmentos da Economia Solidária. A avaliação crítica e autocrítica, não são técnicas, mas conteúdo formativo da prática dos atores e atrizes da Economia Solidária.
21. O processo formativo deve criar oportunidades para que os sujeitos da Economia Solidária possam interagir com outros grupos e movimentos sociais, que buscam a construção de uma sociedade justa.
22. Promover a prática da alternância nos processos de educação em Economia Solidária, ou seja, favorecer a participação de todos através de um cronograma mais flexível face à vida dos educandos/formandos.

Público da ação formativa/educativa:

- Trabalhadores/as associados/as;
- Novos/as trabalhadores/as ainda não incluídos em grupos/empreendimentos associativos de trabalho;
- Representantes de instituições e/ou entidades de apoio e fomento;
- Gestores públicos;
- Movimentos Sociais;
- Sociedade em geral.

Espaços de formação:

1. A diferenciação de lugar social de quem faz e fala como mediação dos processos de autoformação, tais como, assessorias, gestores públicos, lideranças, etc, através de oficinas, encontros, redes, feiras, movimentos sociais, fóruns, etc. não pode servir para distanciar os empreendimentos de menor poder de articulação, mas valorizá-los em seu empoderamento da economia solidária.
2. Os espaços físicos devem ser diferenciados considerando a metodologia proposta. Deve-se avaliar a adequação da arquitetura para dinâmicas mais igualitárias entre formador e formandos, que facilitem a troca e a participação autogestionada. Priorizar os espaços de trabalho e convívio dos trabalhadores e trabalhadoras nos processos de formação, como por exemplo o *chão de fábrica*.

Os tempos:

Os tempos estão relacionados aos objetivos e estratégias de formação, bem como ao repertório e a capacidade de apropriação e produção do conhecimento, considerando as condições e a realidade do empreendimento e

da comunidade em que se insere a partir de um diagnóstico autogestionado e permitindo a construção e reconstrução dos caminhos metodológicos.

Organização Curricular:

1. A aprendizagem (diagnóstico, planejamento, conteúdos, metodologias, avaliação e sistematização) deve ser construída coletivamente, considerando os diferentes saberes e práticas.
2. Intercâmbio entre empreendimentos como espaço de integração de saberes e práticas.
3. Os conteúdos da prática educativa em Economia Solidária devem valorizar as experiências e lutas dos trabalhadores/as autogestionados e das comunidades, bem como os conhecimentos acumulados considerando o micro e o macro, teoria e prática como elementos interativos na vida social e econômica dos educandos e educadores.

Técnicas:

1. Utilização de diferentes técnicas de aprendizagem em várias linguagens – popular e técnico científica – diversos meios (músicas, dvd, vídeos, álbuns seriados, coletâneas, teatro), adequados à realidade de cada sujeito e comunidade;
2. As formações deverão ser realizadas de forma lúdica, prazerosa, utilizando dinâmicas, pesquisas, estudos em grupo, estudo de caso, incorporando as danças, músicas, técnicas de teatro, aula expositivas com utilização de materiais audiovisuais, psicodramas, mapa de risco, rodas de conversa etc;
3. Dinâmicas de interação, apresentação, socialização e outras;
4. Jogos interativos, cooperativos e de trocas;

Mística da solidariedade e autogestão:

- Nossa ciranda ou marca da campanha da Economia Solidária;
- Troca de produtos, cuidados e saberes;
- Fortalecimento da amizade;
- Simbologia dos produtos – trabalho humano;
- Símbolos e gestos humanos que universalizam sentidos de vida.

CONTEÚDOS

Os conteúdos devem partir e ter como referência a experiência prática e os saberes dos empreendimentos, considerando as diversidades regionais e culturais. Não se pode separar conteúdos de princípios, de metodologia, de sistematização de experiências similares e principalmente da fala e da vivência das pessoas.

Os conteúdos formam o sentido e ganham pertinência quando ancorados na realidade dos educandos e educadores, portanto, a relação dialógica entre sujeitos e culturas, o respeito à fala e a apropriação coletiva de saberes constituem a sistematização coletiva de produção de novos conhecimentos.

Os conteúdos abaixo são indicativos para formulação de cursos tendo por base a temporalidade, procurando oferecer pistas e chave de leitura para construção de uma concepção crítica da realidade e produção de uma outra visão de mundo, em que a solidariedade seja resgatada como elemento humanizador e revolucionário da vida em sociedade.

1. História e perspectivas do trabalho emancipatório no horizonte da construção de outra sociedade:

- As formas sociais, os modos de produção e a luta dos povos, considerando os diversos sujeitos políticos (mulheres, negros, índios), e dos brasileiros em particular, pela superação de sua opressão, incluindo a história das formas organizativas alternativas de produção, como o Cooperativismo, o Socialismo e a Autogestão;
- História da Democracia, da constituição gradual dos direitos sociais e trabalhistas como direitos humanos e da construção de novos direitos;
- As mudanças de paradigmas, possibilitando o estudo crítico da economia capitalista e as condições de sua superação, para entender que as transformações não se dão apenas de um ponto de vista econômico, mas também político, social e cultural;
- História da Economia Solidária e a Economia Solidária dentro da História;
- Divisão sexual do trabalho como instrumento para compreensão do trabalho produtivo e reprodutivo e como elemento fundante das desigualdades e discriminação das mulheres, bem como, das potencialidades do respeito às relações de gênero;

2. Processo de constituição do sujeito político. Questões identitárias (gênero, raça, geração e etnia).

- Resgate e valorização da história das comunidades e dos territórios, ressaltando a luta das mulheres, negros e indígenas e dos trabalhadores e trabalhadoras, todos por direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.
- Identificação, sistematização e socialização dos saberes produzidos pelos sujeitos.

- Construção e reconhecimento da identidade individual e coletiva na Economia Solidária e na Autogestão.

3. Constituição e organização da Economia Solidária

- Ênfase nos princípios de solidariedade e cooperação, autogestão, visando o desenvolvimento territorial sustentável;
- Os Empreendimentos Econômicos Solidários e suas formas de organização: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes e cadeias produtivas, complexos cooperativos, centrais de comercialização e outras formas de organização do trabalho;
- Redes, Fóruns e Coletivos diversos de Economia Solidária. A relação entre empreendimentos, entidades de apoio e poder público.
- Finanças Solidárias: cooperativas de crédito, micro-crédito, fundos rotativos, bancos comunitários, aval solidário, etc.
- Comercialização: comércio ético, justo e solidário, feiras, clubes de troca, consumo consciente.
- Entidades e organizações da sociedade civil, entidade de fomento e apoio e outras organizações e movimentos sociais.

4. Autogestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

As atividades econômicas solidárias buscam ser economicamente viáveis, sustentáveis e ao mesmo tempo emancipatórias, considerando as especificidades e os saberes construídos pelos empreendimentos em consonância com os princípios da Economia Solidária.

- Conceitos de gestão, co-gestão e autogestão. Heterogestão X Autogestão.
- O que é autogestão? Partindo das experiências históricas de autogestão e das práticas cotidianas dos trabalhadores/as, discutir e sistematizar os princípios, os processos e os instrumentos de tomada de decisão coletiva (assembleias, plenárias e reuniões de comissões temáticas/grupos de trabalho) planejamento participativo, monitoramento e avaliação, sistematização e registros, captação de recursos e elaboração e gestão de projetos. Editais, fundos e financiamento.
- Questões objetivas e subjetivas nas relações de trabalho como critério de união do grupo para o enfrentamento e superação dos conflitos (relações de poder, relações de gênero/geração/etnia, relações afetivas, divisão de ganhos, autoritarismo, desconfiança, distribuição de tarefas, divisão das tarefas domésticas, etc.).
- Controles contábeis e rotinas administrativas;
- Entendimento da cadeia dos produtos a que os participantes estão envolvidos;
- Desenvolvimento dos produtos e serviços (design, marcas e patentes, certificações, embalagens), observando a qualidade e o impacto ambiental;
- Sustentabilidade social e ambiental como elemento de viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários.

- Comercialização. Mercado, redes de comercialização, comércio justo, trocas solidárias.
- Comunicação interna e comunicação para a mobilização social e de massa.

5. O marco jurídico da Economia Solidária e sua relação com a legislação vigente

- O direito da Economia Solidária – o que vem sendo construído?
- Marco legal interno (regras de convivência, regimento interno, estatutos, códigos de ética etc.)
- Formas jurídicas da Constituição Federal que nos dizem respeito (artigos 5 e 7), do Código Civil (artigos 45 a 63), da Lei das Cooperativas, da Lei das OSCIPs, da nova Lei de Falências, Lei do Super Simples, leis previdenciárias, sanitárias, ambientais etc.
- As relações de trabalho, com ênfase na proteção social, e considerando as diferenças de raça, gênero e etnia.
- As relações contratuais entre os empreendimentos e o mercado e outros entes da economia não solidária;
- Legislação tributária. Lei de Licitações.
- Instrumentos públicos de gestão (planejamento estratégico, políticas públicas, programas, projetos, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual).
- Conhecimento tradicional e propriedade intelectual, contemplando discussões atuais como, por exemplo, uma leitura crítica a lei de patentes.

6. Entender a participação cidadã e o controle social nas políticas públicas como processo inerente ao desenvolvimento da Economia Solidária:

- O que é controle social;
- Para que servem e como acessar cada um dos instrumentos de participação cidadã. Exemplos: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum de combate à violência, conselhos setoriais (da criança e do adolescente, segurança alimentar, conselhos e fóruns de mulheres, etc.);
- Os instrumentos jurídicos que favorecem a participação cidadã: Lei de iniciativa popular, referendo, plebiscito, audiências públicas, orçamento participativo.

7. Desenvolvimento local sustentável:

- Conceitos de desenvolvimento;
- Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento (social, ambiental, local, humano);
- Relação respeitosa com a natureza e o planeta: agroecologia, convivência com os diversos biomas brasileiros;
- Segurança alimentar.

8. Outros temas e conteúdos a serem abordados nos processos formativos:

- Comunicação, informação e cultura;
- Software livre e inclusão digital;
- Tecnologia social, tecnologia alternativa e tecnologia endógena;
- Saúde e segurança do/a trabalhador/a;
- Arte e cultura;
- Reforma Agrária e Agricultura Familiar;
- Conceito de Gênero.

SISTEMATIZAÇÃO:

A sistematização supõe escrever a memória da atividade realizada, a revisão crítica do processo vivenciado. O ato de sistematizar a ação realizada é um ato coletivo, isto quer dizer que a memória deve ser escrita nas imagens, mentes, gestos, corações, computadores e nos papéis. Sistematizar experiências formativas/ educativas em economia solidária significa reunir falas e comportamentos coletivos, reflexões que possam ser transmitidas e assimiladas pela rede de relacionamentos das pessoas participantes e por aquelas interessadas em ler, ver ou ouvir os seus conteúdos. Portanto, o veículo transmissor da memória é a fala de quem participa e a escrita que pode ser apropriada por quem não participou da atividade sistematizada.

Diretriz estruturante:

Caráter experimental da sistematização: "Aprender fazendo" (não há rigidez de regras, não há modelos definidos).

Considerações Iniciais: Porque temos dificuldades com a sistematização?

- Exige habilidades pessoais de síntese e abstração e conhecimentos históricos que não são comuns;
- A reflexão sobre a prática não é cotidiana nos movimentos sociais que são ativistas e privilegiam a ação em detrimento da reflexão;
- A sistematização produz conhecimento crítico e este conhecimento incomoda *status quo*;
- Há dificuldades práticas de tempos, de liberação de recursos, de habilidades profissionais da equipe;
- A sistematização é tomada como um processo posterior e não integrado com as ações de início, meio e processos das atividades de formação.

Princípios Norteadores da sistematização:

1. É uma reflexão a partir da prática que expressa a singularidade da experiência;
2. É um processo pedagógico que parte da construção coletiva e participativa propiciando conhecimentos organizados, analíticos e críticos sobre as experiências vividas pelos sujeitos;
3. A sistematização deve ser parte do processo formativo (ser orgânica) e retroalimentadora da ação;
4. É referência para a investigação e aprofundamento analítico, visando ampliar o conhecimento e fazer avançar o processo social.
5. É fundamental para a construção dos instrumentos técnicos e simbólicos visando incorporar indicadores quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, e as dimensões micro e macro social;

6. Preservar a memória histórica das experiências vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras, respeitando as diversidades culturais.

Objetivos:

1. Promover a reflexão crítica sobre a prática visando aprimorá-la;
2. Disseminar os conhecimentos produzidos de forma a inspirar outras experiências;
3. Contribuir para identificar e referenciar os campos de pesquisa;
4. Validar coletivamente o conhecimento, as práticas formativas;
5. Construir instrumentos técnicos e simbólicos, visando incorporar indicadores qualitativos e quantitativos, que apontem para uma avaliação da formação:
 - I. Sustentabilidade: autogestão, distribuição das sobras e prejuízos, produtos, etc.
 - II. Simbólicos (subjetividade): sistematização dos métodos, apropriação pelos sujeitos, validação coletiva dos conhecimentos.
 - III. Técnicos: econômicos (de resultados, impactos, mercado, consumo, etc), políticos (de participação, de autonomia, de conscientização etc), social (de organização, de renda, de escolaridade etc).
6. Construir processos coletivos de formação, consolidando redes, cadeias e trocas de experiências.

Metodologia da sistematização:

1. Ser processual, permanente, autocrítica e relativa ao momento.
2. Incorporar instrumentos do diagnóstico, planejamento, monitoramento, avaliação e história de vida dos envolvidos e envolvidas no processo;
3. O registro deve passar por três fases: organização, classificação e análise dos dados da experiência;
4. Delimitar o foco da sistematização do processo, com roteiro de questões;
5. Construir categorias de análises: impactos, contradições, avanços, possibilidades, retrocessos, desafios e dificuldades.
6. Garantir a fala dos sujeitos envolvidos no processo;
7. Registrar e divulgar a riqueza e pluralidade de conhecimento no sentido mais amplo possível.

Como é que se faz?

A sistematização pode ter diversos momentos, como indicado abaixo. A autogestão, a experimentação e as possibilidades do grupo definem como ela será realizada:

1. Construção do(s) eixo(s) de sistematização.
2. Seleção dos registros, descrição dos fatos, atores, cenas.
3. Análise, para aprofundar o conhecimento e fazer avançar o processo social.
4. Sínteses, conclusões: retirar/incorporar lições, generalizações.

5. Elaborar produto(s) que possibilitem a divulgação da memória da experiência.

Produtos da Sistematização:

1. O principal produto da sistematização é o próprio conhecimento produzido coletivamente que se manifesta através de uma nova práxis, gerando avanços nos campos econômico, político-social e ético-cultural, através de:
 - mudança de postura, hábitos e comportamentos;
 - engajamento em lutas coletivas;
 - qualificação da militância;
 - avanço do processo das lutas sociais.

Poderá haver ainda produção de:

2. Relatórios sistemáticos (projetos, etapas estágios e outros);
3. Edição de vídeos;
4. Boletim on-line;
5. Caderno de campo;
6. Registro fotográfico (painéis itinerantes);
7. Elaboração de cadernos, cartilhas e artigos científicos, cd's e outros;
8. Cordéis;
9. Fotonovela e outros.

Sugestão de referenciais para construção do produto da sistematização e validação de material didático, que seja:

1. Gerador de empoderamento social e político do sujeitos individuais e coletivos;
2. Fácil assimilação e gerador de compreensão social;
3. Possibilite a visualização da ação e dos sujeitos coletivos;
4. Construído de forma autogestionada;
5. Expresse as particularidades do objeto em foco;
6. Contribua para que os sujeitos estabeleçam diálogos;
7. Seja inspirador de outras metodologias populares;
8. Incorpore os princípios e métodos da Economia Solidária.

Os princípios, diretrizes metodológicas, conteúdos e sistematização desenhados na primeira parte deste texto constituem partes importantes do que estamos construindo de concepção da metodologia autogestionária. O acúmulo sistematizado que os participantes da economia solidária realizaram nesta II Oficina parte de suas experiências em coletivos de debates, mas, sobretudo, se faz da reflexão da prática econômica e organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras.

Portanto, este nosso registro não é definitivo, mas parte de um processo de construção da Rede Nacional de Educadores e Educadoras em Economia Solidária, que por sua vez, deve realizar sua avaliação, na perspectiva de uma nova síntese, sobre o que aqui sistematizamos.

PARTE 2

POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO E REDE DE FORMADORES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Introdução

Este documento vêm sendo escrito e reescrito coletivamente e tem contribuição dos diferentes grupos que habitam a Economia Solidária.

Tendo como base a I Oficina Nacional foram incorporados ao texto contribuições das Oficinas Regionais e contribuições da SENAES através do Departamento de Estudos e Divulgações. As diferentes contribuições foram rediscutidas por todos na II Oficina Nacional dando origem a síntese ora apresentada.

Princípios e Diretrizes da Política de Formação em Economia Solidária

Princípios:

1. A política pública nacional de formação em Economia Solidária deverá ser articulada ao processo emancipatório por meio do fortalecimento:
 - Dos empreendimentos econômicos solidários e seus sócios (fortalecimento econômico, social, político e cultural);
 - Do movimento de economia solidária (articulação e estruturação dos fóruns e demais mecanismos de mobilização);
 - Político da Economia Solidária com sua incorporação na agenda do país e do Estado brasileiro e implementação de programas de apoio massivo, bem como reconhecimento legal que considere suas especificidades.
 - Da formação de formadores e multiplicadores que são os atores da formação em economia solidária.
2. A formação em ES deve estar pautar nos "Princípios e Diretrizes Metodológicos da Formação/Educação em Economia Solidária" aprovados na II Oficina Nacional e nos demais documentos produzidos pelo movimento.

Diretrizes da Política de Formação:

1. A formação/educação em economia solidária é um direito dos trabalhadores e trabalhadoras sócias de EES e cabe ao Estado garantir recursos permanentes para processos formativos continuados e sua universalização. O Estado deve ainda:
2. Estimular o cumprimento por parte das instâncias estatais do seu dever de assegurar a todos os trabalhadores(as) dos Empreendimentos de Economia Solidária o direito a educação básica de qualidade conforme assegurado pela Constituição Federal, bem como o acesso aos outros níveis de escolarização;

3. Desenvolver e disseminar a pedagogia da autogestão ou pedagogia da economia solidária;
4. Implementar espaços que fomentem a Participação e controle social. Política democrática e institucionalização de participação ativa dos atores/sujeitos da Economia Solidária nos processos de decisão, implantação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política de formação. Exercer controle social participativo na execução da política com o envolvimento efetivo dos fóruns de Economia Solidária;
5. Fortalecer a experiência histórica de formação em Economia Solidária tendo como base a constituição e apoio à Rede Nacional de Formadores que tem acúmulo na formação em Economia Solidária;
6. Implementar espaços e tempos específicos para a formação em Economia Solidária seja na forma de centros ou escolas de formação;
7. Promover a formação continuada e com qualidade social de formadores(as), a sistematização e disseminação de metodologias e organizar documentação pedagógica própria;
8. Promover a articulação com outras políticas de educação, formação e ciência e tecnologia tais como: alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação, ensino profissionalizante, qualificação profissional e social, incubagem e tecnologia social, extensão rural, entre outros;
9. Articular a formação com outras políticas de fortalecimento da Economia Solidária tais como: crédito orientado, assistência técnica, marco jurídico, comercialização, consumo, desenvolvimento local, saneamento básico, agricultura familiar, segurança alimentar, meio-ambiente, etc.
10. Implementar a incorporação da Economia Solidária nas políticas de educação e de qualificação social e profissional (básica a superior), em especial, nos programas de alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino profissionalizante e qualificação social e profissional.

Sobre a estruturação da Política e seus componentes

São entes estruturantes da Política Nacional de Formação em Economia Solidária

A Rede de Formadores/Grupo de Trabalho de Formação, o Comitê Temático de Formação do Conselho Nacional (CNES), a Secretaria Nacional (SENAES) e o Fórum Brasileiro (FBES):

1. O Conselho Nacional de Economia Solidária e o seu Comitê Temático:
 - O Conselho não é soberano para o movimento. A instância de representação legítima do movimento é o FBES.
 - O CNES tem a tarefa de controle social da política pública e a interlocução da sociedade civil com o Estado. Em termos da política nacional de formação, este espaço é o Comitê Temático.

- É preciso criar uma articulação entre o comitê temático e o GT de Formação, embora isto não signifique necessariamente que eles proponham coisas conjuntamente.

2. O Fórum Brasileiro e o Grupo de Trabalho de Formação

- O GT de formação tem o papel de subsidiar o FBES no debate com os demais entes. Ele então assume um papel estratégico na construção democrática da política de formação.
- O GT precisa discutir a sua própria identidade, que talvez seja independente da estrutura da SENAES.
- Precisamos pensar numa outra estrutura para o GT de Formação que de fato seja referendada para fazer essa nova tarefa.
- É preciso levar esta discussão para a coordenação nacional.
- É papel do FBES fomentar o processo de consolidação da Rede Nacional de Formadores.

3. A Rede de Formadores

- É orgânica ao movimento;
- Não se restringe ao FBES, pois tem articulação com outros atores sociais não necessariamente pertencentes ao Fórum;
- Tem capilaridade para outros movimentos;
- Tem a responsabilidade de organizar estruturas estaduais e regionais, bem como nacional para:
 - Fazer formação de formadores;
 - Organizar programas de formação;
 - Discutir prioridades na implementação dos programas de formação;
 - Outros.

4. A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE:

- Executora da política pública nacional de Economia Solidária construída de forma participativa com o FBES e o Conselho.
- Financiadora dos encontros Nacional, Regionais e Estadual da Rede.
- Disponibilizadora de recursos para ter uma secretaria dentro do FBES para organizar a coordenação do processo de formação.
- Apoia materialmente ao site, às publicações, e a execução das formações propriamente ditas.
- Articuladora com outros atores do governo federal.

5. O Centro Nacional de Formação

- Espaço físico de Referência para a Rede.
- Espaço para hospedar biblioteca, salas de aula, local de construção de materiais didáticos, dentre outros.
- Não pode ser um Centro de Referência do Estado, mas sim do movimento. Pode-se, eventualmente, pensar em gestão compartilhada.

A Rede Nacional de Formadores (Síntese do Grupo 3)

1. Participantes e abrangência:

- Pessoas e entidades que fazem formação e podem sistematizar (entidades, gestores, empreendimentos).
- A Rede deve ser aberta.
- Nosso foco é nos Estados e nos processos ali desenvolvidos, não no nacional.

2. Finalidades:

- Aprofundar o debate metodológico em espaço nacional, em coletivo da Rede.
- Ter recursos para formação de formadores integrados aos empreendimentos.
- Primeira tarefa da Rede seria fazer uma sistematização das experiências escolhidas e socializar através da criação de um banco de dados. Buscar dados do mapeamento nacional em Economia Solidária em sua III fase.

3. Diretrizes para organização e funcionamento da Rede:

- O espaço organizativo deve ser do FBES. Em alguns Estados deve-se mediar o diálogo para formação da Rede.
- Desenvolver a metodologia autogestionária na condução da Rede.
- A Coordenação Nacional do FBES deve assumir a responsabilidade da formação, mas ainda, levar para o coletivo dos FEES.
- É necessário elaborar proposta do movimento para a fFormação e dizer como vamos operar esta proposta.
- Organiza-se através de um site da Rede, contendo documentos e informações sobre seus participantes, utilizando-se do site do FBES. Deve funcionar também como um banco de dados não só de pessoas, mas de processos e experiências.
- A Rede será animada pelo GT de Formação. Para isso é preciso rever sua composição, com estrutura física e de pessoal da SENAES e do FBES. **Dúvidas:** O GT coordena a Rede? Aumentar a representação regional no GT? O GT é modificado e coordena a rede? A rede cria sua própria coordenação? A coordenação deve ser composta por estados, incluindo empreendimentos respaldados pelos FEES ou não ter coordenação e produzir coletivos que coordenam processos formativos? Representação de 2 por região? Ter dois animadores por estados?

- Encontros da Rede de Formadores: um encontro nacional, regional e estadual por ano. Esta é a lógica de eventos. Precisamos eleger alguns processos formativos e reuni-los.

Articulação e relação da Política de Formação com as demais ações/programas/políticas governamentais.

1. As parcerias devem ser qualificadas podendo ser definidas como parcerias permanentes (aliados) e parcerias estratégicas.
2. As parcerias permanentes possuem identidade com movimento de Economia Solidária e as estratégicas são feitas a partir de interesses comuns.
3. Foi consenso que a Rede de Formadores deverá ser articulada junto com as redes estaduais e regionais tanto de formação quanto as já existentes.
4. Deverá ter orientação política do FBES, assim como as redes estaduais e regionais de formação não podem estar dissociadas dos FEES.
5. Os encontros Estaduais, Regionais e Nacionais devem ocorrer como estratégia de fortalecimento da Rede de Formação nos três níveis.
6. As parcerias devem se constituir a partir da demanda territorial, onde os parceiros tenham inserção nacional e local.
7. Que a rede propicie as diretrizes das parcerias tanto Nacionais quanto Internacionais, a partir da política de formação em Economia Solidária.
8. Articulação com outros movimentos sociais que possam desenvolver formação de acordo com os princípios da Economia Solidária.

ANEXO I PROGRAMAÇÃO

II Oficina Nacional sobre Formação em Economia Solidária

16 a 18 de abril de 2007, Brasília, DF

Dia 16 de abril

08h00 – Credenciamento

08h30 – Mística de Abertura e Apresentação dos/as Participantes

09h00 – Abertura de contextualização

- GT de Formação – Débora Nunes;
- MTE/SENAES – Roberto Marinho;
- MEC – Thimoty Ireland;
- MDS – Hildézia Medeiros;
- MDA – Vital de Carvalho Silva;
- MMA – Dora Sugimoto;
- FBES – Lenivaldo Marques da Silva Lima.

10h20 – Apresentação e Aprovação da Pauta.

10h30 - Balanço das Oficinas Regionais e aprofundamento temático.

(Relato dos/as Coordenadores/as das Oficinas Regionais enfatizando: caracterização das experiências e participantes, contribuições da Oficina para fortalecimento do movimento na região, dificuldades, principais encaminhamentos de cada oficina).

11h30 - Complementação do público.

12h30 – Almoço

14h00 - Painel 1: - Educação Popular e Formação em Economia Solidária.

- Coordenadora: Rosângela Góes (GT de Formação)

- Expositores: Paul Singer e Aida Bezerra (20 minutos cada)
- Comentários: Francisco Assis - Movimento de Cantadores DF e Adriana Bezerra – CEDAC

16h00 - Paineis 2: - Desafios da formação em Economia Solidária: a formação para a organização autogestionária e qualificação para a eficiência econômica.

- Coordenadora: Edinara de Andrade
- Expositor: Gabriel Kraychete (40 minutos)
- Comentários: Francisca Rodrigues (10 minutos)

18h00 – Jantar e Noite Livre

Dia 17 de abril de 2007.

08h00 – Dinâmica de Integração.

08h30 - Princípios e Diretrizes Metodológicas para a Formação em Economia Solidária. Apresentação do "Documento Síntese sobre Princípios e Diretrizes Metodológicas" a partir das Oficinas Regionais (Valmor Schiochet).

09h00 - Trabalho em grupo (sistematização, princípios, conteúdo, metodologia).

- Grupo 1 - Sistematização – Coordenação: Débora e Cláudio.
- Grupo 2 - Princípios – Coordenação: João Luis e Lenivaldo.
- Grupo 3 - Conteúdo – Coordenação: Lia e Francisca.
- Grupo 4 - Metodologia – Coordenação: Edinara e Adriana.

12h00 - Almoço

14h00 – Plenária: apresentação dos trabalhos de Grupo

- Coordenação: Francisca e Lenivaldo (GT de Formação)

19h00 – Painel - A política Nacional de Formação e a Rede de Formadores

- Coordenação: Adriana Bezerra (GT de Formação)
- Valmor Schiochet - Documento Síntese sobre a Política Nacional, sua estrutura e a Rede de Formadores.
- Ademar Bertucci - FBES- A formação e o processo de reestruturação do FBES.
- Roberto Marinho – SENAES – A política de formação e as ações da SENAES.

Jantar

Dia 18 de abril de 2007

08h00 – Dinâmica de integração.

08h30 – (Continuação Painel: Política de Formação e Rede de Formadores)

09h30 – Trabalhos em Grupos

- Grupo 1 – Princípios e Diretrizes da Política de Formação
- Grupo 2 – Estruturação da Política.

- Grupo 3 – Rede Nacional de Formadores.
- Grupo 4 – Articulação e relações com demais políticas.

Almoço

14h00 – Plenária

- Coordenação: Cláudio Nascimento (SENAES) e Débora Nunes (GT de Formação)

16h00 – Avaliação e Encaminhamentos.

MESA DE ABERTURA E CONTEXTUALIZAÇÃO

Esta mesa teve por objetivo contextualizar a caminhada do Movimento de Economia Solidária e os possíveis espaços de interlocução nas políticas propostas nesta área pelo Governo Federal. Compuseram a mesa: Roberto Marinho (MTE/SENAES); Dora Sugimoto (MMA); Hildézia Medeiros (MDS); Vital de Carvalho Silva (MDA); Thimoty Ireland (MEC/SECAD); Débora Nunes (GT FORMAÇÃO); Lenivaldo Marques da Silva Lima (FEBES). A seguir uma síntese da fala dos participantes.

Roberto Marinho – Esta Oficina é parte de um processo em construção. A formação é um elemento central para a Economia Solidária cumprir seu papel. A Economia Solidária é um outro modo de vida não só de produção, a formação pode ajudar aos empreendimentos a realizar suas atividades, mas não fazer isso sem a autogestão, se não houver um grande investimento para a formação, nós não vamos avançar ano processo. Uma parte significativa dos integrantes do FBES desenvolve atividades formativas, como principal atividade. O mapeamento indicou isto, cabe a SENAES, aprender do que esta sendo feito para que possamos estar oferecendo subsídios, para a construção de uma Política de Formação em Economia Solidária. Na I Conferência Nacional de Economia Solidária, foi grande o peso que a formação teve nos relatos finais, pois foi citada como prioridade em dezenove dos vinte e três grupos.

O desafio levantado a partir da 1ª Oficina Nacional foi a construção de uma Política Nacional de Formação em Economia Solidária, avançamos na realização de cinco oficinas regionais, levantando estratégias, metodologias e conteúdos, e trabalharmos proposições para uma Política de Formação em Economia Solidária. Este trabalho deve ser feito neste momento, pelo Conselho Nacional de Economia Solidária. Um dos comitês deste Conselho é o de Formação, nos próximos dois meses, o trabalho do Conselho será a construção do PPA. E o resultado desta II Oficina será fundamental para subsidiar o Comitê Temático.

Esta é uma mesa representativa, pois, as políticas, devem ser pensadas, de forma inter-setorial, com os demais Ministérios que são parceiros no desenvolvimento de políticas de economia solidária.

Hildézia Medeiros – Bom dia a todos e a todas faço parte da equipe do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social)! A maioria dos presentes são mulheres, são elas que estão fazendo parte dos empreendimentos, mas não aparecem. Neste sentido a Economia Solidária é instrumento privilegiado no combate a pobreza. Há muita disputa política na sociedade brasileira, sobre qual o discurso que vai combater a pobreza. Por isso temos necessidade de empoderar a Economia Solidária.

A Economia Solidária é um instrumento político do fazer cotidiano. E nela a formação é um eixo fundamental. É o que leva ao empoderamento. Falar em pobreza no Brasil é falar do negro ou do índio. A formação tem que falar do que significa discriminação étnico-racial, e é também uma questão de gênero. A pobreza social do Brasil está relacionada aos negros e as mulheres negras. Gostaria

de deixar muito claro, que o que precisar de nós, do grupo de trabalho de geração e renda está lá para contribuir. Prazer imenso vê-los.

Dora Sugimoto – Bom dia a todos! Estou aqui me sentindo dividida, coisa de quem veio do movimento, divisão entre o “ponto org” e o “ponto gov”. Quero saudar este momento, por tê-lo acompanhando desde o início. Acho muito boa esta capacidade que teve o movimento de pautar a formação como política pública,. O meu processo pessoal de engajamento na economia solidária começou em SP, no movimento pela moradia, depois continuou na Bahia. Hoje no MMA (Ministério do Meio Ambiente), me disponibilizo ao movimento, porque todas as secretarias do MMA podem ter atuação na economia solidária, como a do fundo solidário. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável faz a formação de agentes de Economia Solidária. Esta práxis é que faz a diferença. A Agenda 21, parte do desenvolvimento local e envolve a participação, que vem do próprio município. Acho importante os centros de formação de formadores, dou como exemplo o Instituto Cajamar .

Por último, devemos preparar o povo para vencer a nós mesmos, como nos dizia o Comandante Marcos. Entendo a Formação como ato político de fortalecimento do protagonismo dos atores da Economia Solidária.

Thimoty Ireland – Bom dia, a todos! Gostaria de parabenizar a organização pela iniciativa desta mesa de interação entre os diferentes ministérios. É muito importante a presença destes ministérios para o desenvolvimento de políticas integradas. Como representante do MEC – Ministério da Educação e diretor da SECAD – Secretária de Educação Continuada e Diversidade Cultural, quando falamos em formação gostaria de ressaltar a questão da aprendizagem, pois quando falamos em economia solidária, falamos em mudança de cultura, e isso só se faz com educação. Temos trabalhado em conjunto a SENAES, em algumas experiências que não são pequenas, mas que parecem ser dentro das dimensões do Brasil. E dentro do próprio ministério, temos procurado implementar ações conjuntas entre o EJA – Educação de Jovens e Adultos e a formação para o trabalhador.

Atualmente temos a tendência de tentar incluir a Economia Solidária em todos os momentos de formação, no Brasil Alfabetizado, na proposta de Educação de Jovens e Adultos. São tentativas e experiências de mudanças que vão depender das articulações e de termos as pessoas certas nos lugares certos. Há um movimento importante de discutir com outros atores, como com o Ministério da Justiça em um trabalho junto aos egressos dos sistemas prisionais. Temos uma experiência com pescadores, o projeto *Saberes das Águas*, na Bahia. A formação é um elemento importantíssimo, como estratégia de buscar formas de pensar, a sociedade, a própria oficina é mais um elemento neste processo. A SECAD vai continuar apoiando cada vez mais a formação em Economia Solidária.

Vital de Carvalho Silva – Bom dia! Cumprimento a todos através da mesa. O Ministério do Desenvolvimento Agrário é um novo ministério, mas com um processo de desenvolvimento bem claro. Vamos começar nosso trabalho com a Economia Solidária com algo já dado. Pelos territórios, onde trabalhamos um plano de desenvolvimento sustentável. Mas, dado em outros moldes, que não o modelo já existente, através da Secretária de Desenvolvimento Sustentável. Como construir o desenvolvimento sustentável? Para isso temos que construir um outro esqueleto e a formação nesse contexto é estratégica. Através do mapeamento, temos como hipótese, que mais de sessenta por cento dos empreendimentos estão no campo. O primeiro desafio do trabalho com estes empreendimentos é que eles não

conseguem se enxergar como Economia Solidária. Como a formação auxilia nisso? Vamos formar quem já faz Economia Solidária? Como chegar ao público novo? Que sabendo que já sabem vão querer fazer. Vamos fazer a formação apenas através dos fóruns. A minha relação com a economia solidária não é só profissional, é outra, é mais particular, desde que tinha atuação na igreja, já trabalhava com economia.

O maior problema que aparece no mapeamento é o gargalo da produção. E por ser um tema que lembra capitalismo, é olhado com discriminação. Qual é o processo de formação que vai trabalhar a comercialização e o consumo, dentro da Economia Solidária, formação de cidadão? O MDA vive a Economia Solidária, de fato, e não no discurso. A parceria da SENAES tem contribuído muito com o nosso trabalho, e contamos com a contribuição de vocês. Ah! E também, sou conselheiro do CNES.

Débora Nunes – Nós, do GT de Formação do FBES damos as boas vindas a todos. Este GT, sempre que chamado a colaborar responde à altura, apesar das suas dificuldades. Já produzimos várias Oficinas, de qualidade, e produziu-se vários documentos, que vêm norteando o debate da formação. O que estamos fazendo conjuntamente é a construção da política pública. Isto é algo transformador. Convido a vocês a mais três dias de trabalho, e esta é uma ocasião muito importante de reflexão, particularmente, no momento em que o FBES, passa por um momento de reestruturação.

Lenivaldo Lima – Bom dia! Desculpem o atraso, mas houve atraso no aeroporto. Meu nome é Lenivaldo, sou operário, trabalho na Usina Catende. Estamos nessa luta desde o início, participando do FBES. Participamos da elaboração da Carta de Princípios, resultado do encontro de empreendimentos do documento resultado da I Conferência e da Plataforma. É um leque muito amplo quando falamos de formação em Economia Solidária. Estamos falando de escolarização, levantando crítica à formação para o empreendedorismo. Com relação a este modo de atuação a nossa diferença é a solidariedade, que não é assistência social. Mas o que é a formação para a solidariedade? A formação é estratégica, deve ser uma política de governo, que passe por todos os temas. O FBES tem pautado isso, e tem conseguido se organizar esta discussão, que é ampla para nós. Dentro da academia temos as incubadoras, temos as ONGs, temos formação que vêm dos empreendimentos, e vêm também dos órgãos governamentais. Estas são as fontes de onde vem a formação em Economia Solidária. Nós demos um salto, mas ainda não temos fontes seguras de financiamento para isso, como o CODEFAT, e a SENAES, tem feito um trabalho importante nesta direção. Ou seja, o desafio desta oficina é discutir a concepção de formação, metodologia, e precisamos discutir também fundos e sistematizar isso, precisamos ter um sistema público de financiamento para a Economia Solidária. Como está isto? Precisamos de Assistência Técnica, formação não é só cursos, como está no PNQ. E nós não queremos reproduzir isto, precisamos de integração de políticas. O financiamento quando é citado em Brasília é muito grande, mas lá na ponta isto não acontece, as condições não chegam. Por isso o desafio é muito grande, precisamos articular de lá para cá. Mas a política de formação tem que estar articulada com uma luta maior, a luta pelo financiamento, mas tem que ser pressão mesmo. Depende de nós e nós é que precisamos pensar a nossa formação. Esta coisa da solidariedade, é fundamental, em nossa sociedade, é revolucionária. Nosso grande desafio é sair da Oficina com uma plataforma, que incorpore tudo que foi acumulado, e no mais desejar a vocês um bom trabalho!

PAINÉIS

Painel 1: *Educação Popular e Formação em Economia Solidária.*

- Coordenadora: Rosângela Góes (GT de Formação)
- Expositores: Paul Singer e Aida Bezerra (20 minutos cada)
- Comentários: Francisco Assis - Movimento de Cantadores DF e Adriana Bezerra – CEDAC

O painel teve início com a apresentação da **Prof.^a Maria Aída Bezerra Costa**, que faz parte da Equipe do SAPE – Serviço de Apoio a Pesquisa em Educação e da CAPINA - onde integra a equipe de formação dos cursos para assessores em Educação Popular e Economia Popular Solidária em viabilidade econômica e gestão democrática.

Em sua exposição a Prof.^a Maria Aída Bezerra Costa, tendo por base o texto abaixo, retoma alguns temas fundamentais nesta discussão, contextualizando a Educação Popular (EP), retomando Paulo Freire a metodologia de EP, tendo por base o “chão cultural”. Segundo ela, este “chão cultural” é a maneira como cada grupo vê o mundo e as diferentes concepções de mundo, e além disso, a peculiaridade das expressões, música, dança, jeito de rezar, etc. que é a abertura dos espaços dos valores populares que passam a ser socializados. A inclusão nos processos educativos dos saberes populares, onde, ao contrário da educação bancária, estes saberes populares passam a ser valorizados.

Destacando a novidade: o reconhecimento da educação em economia como território da Educação Popular, assim como a saúde e a cultura,.Para isso os educadores precisam de uma formação específica, já que existem demandas específicas. A partir da demanda de onde os empreendimentos estão, buscando criar condições para que quem faz economia popular solidária, saiba o que fazer. A intervenção educativa é um campo novo que está se formando. Temos que nos dar o tempo para experimentarmos, e construirmos estes conhecimentos novos. Sendo esta Oficina, uma das formas de tratarmos esta questão e uma oportunidade para afinarmos as conceituações. As oficinas regionais tiveram um papel importante porque trouxeram a tona questões específicas. Além disso, tivemos neste processo a descoberta da centralidade do trabalho, pois ele constitui o espaço das relações sociais de produção e reprodução da vida. E nesta relação nós vamos considerar o que ? Relações de trabalho e não de renda. Como vamos escolher o que produzir? Com que? Com quem? Se não transformarmos as relações de trabalho com o outro, com a vida, não estamos mudando nada. É neste aspecto o das relações de produção que está o campo de trabalho pedagógico. É no miolo do coletivo que o educador cria as condições para o trabalho em educação. É tendo o coletivo como base de nossa intervenção, ele é o “chão”, que nos dá a indicação do caminho.

O lugar da aprendizagem é a gestão o espaço de re-situação da função dos serviços e de apropriação de poder. A gestão é a situação de aprendizagem e de serviço prioritária. Trata-se da gestão antes da renda. O que será da economia solidária se não colocar a gestão antes do lucro? Se você não aprende no interior da gestão. Se não organiza/desorganiza o pacto de convivência, sofremos conflitos

desnecessários. Cada um leva a sua síntese única e pessoal. Pois cada empreendimento é um, o que ele expressa é ele. Cada experiência é única dada a singularidade que faz parte de uma pedagogia que deve ser pensada. Ter pauta e modelo é contrário a essa singularidade. É importante salientar que a troca de experiências também é fundamental. Um dos desafios enquanto educadores para contribuir com o sucesso dos empreendimentos é a questão da necessidade de mudar a economia sem perder a criatividade e a singularidade em um processo coletivo. Uma pedagogia que trabalhe a questão da solidariedade não perderá de vista a conexão política com o trabalho. Temos que contribuir para que os grupos com os quais trabalhamos intervenham na sociedade, recuperando a relação sociedade e Estado. Temos que ter o poder como matéria de aprendizagem, assim como os saberes e não saberes e os sentidos que têm. Que os empreendimentos possam ocupar o seu espaço. Não atribuir ao Estado o cuidado total da sociedade. Os grupos populares devem ser incentivados a assumir a sua parcela de governabilidade na sociedade. Para isso precisamos estabelecer as conexões não só da economia mas, também, da política com a educação.

A seguir tivemos a fala do **Prof. Paul Singer**, Secretário Nacional de Economia Solidária, cujo texto segue em anexo.

“Nossa matéria prima é o conhecimento, a transmissão desse conhecimento. Ele nasce da ação humana e é gerado por tentativas e erros, calçado por tentativas anteriores. A maneira pela qual construímos conhecimentos exige a repetição. A escrita permitiu o registro de experiências de sucesso, a partir daí nasce a ciência, baseada na repetição, transmissão, registro, receita, generalização e abstração. A característica fundamental é a abstração. A ciência é descontextualizada. A educação escolar pretende transmitir as verdades da ciência. Esse tipo de transmissão sofre de uma enorme deficiência, pois, a maior parte das descobertas é revogável. A ciência progride revogando as verdades. A escola e a ciência não têm a nada a ver com o interesse do educando, para a sua vida. A ciência tende a ser extremamente autoritária (visto o exemplo da medicina oficial aonde a homeopatia, um conhecimento antigo, só recentemente foi incorporado às faculdades de medicina, e aonde ainda existem muitas medicinas que são proibidas).

A educação como a concebemos comumente é de uma inutilidade dramática. Temos que inventar uma outra educação, que responde aos interesses do educando. Sem educando e educador, onde estes aprendam juntos, como um processo interativo. A educação é um processo de interação onde os diferentes partícipes trocam experiências. A ciência deve buscar a interdisciplinaridade. Precisamos criar um sistema de aprendizado onde a diferença é o que importa. É uma educação democrática de um tipo de escola que não tem professor, curso, currículo. Que seja uma comunidade, onde as regras são construídas a partir da experiência. As crianças aprendem por curiosidade, existem experiências de educação democráticas como a da república das crianças, dos contadores de história, e nessas experiências eles aprendem. É um processo de aprendizagem prazeroso. Precisamos formar cidadãos diferentes, que buscam a autogestão, a democracia, o respeito ao próximo. Educação não é transmissão de conhecimento, e sim de valores. A vida nos grupos de produção é um processo contínuo de aprendizagem, de experiências novas a cada dia. A autogestão é feita para que as experiências possam ser socializadas. A cada momento há experiências novas de formação viva”.

A seguir tivemos a fala de **Francisco de Assis**, em nome dos empreendimentos de Economia Solidária:

“Boa tarde a todos, acho muito importante trazer os outros companheiros de outras experiências para encontros como esse. Aprender é o básico da vida da gente. Todos eles pensam o mundo, pensam como o Prof. Paul Singer, mas não tem oportunidade de se expressarem. Num próximo encontro queremos atingir vinte por cento dos participantes das regionais. Sou um fundador da Economia Solidária sem antes ter esse conhecimento. Meu conhecimento foi sendo construído na prática da formação das cooperativas de catadores. Muitos não chegam ao final, alguns de nós, são escolhidos para morrer. Vamos pensar na formação, pois há coisas dispareas na Economia Solidária. Meu segmento mistura tudo, trabalho, formação e política. No Conselho Nacional tem uma representação que não foi escolhida pela base do movimento. Representação que é ameaçada quando fala disso. A escola lúdica é uma forma de se pensar a formação.

Em seguida tivemos a fala de **Adriana Bezerra**, do GT de Formação em Economia Solidária:

– “Um dos desafios permanentes, de ficarmos “no fio da navalha”, é a questão da viabilidade econômica e da formação política. As expressões “empreendimentos” e “empreendedores” mascaram e enfraquecem a categoria dos trabalhadores que são cotidianamente explorados. Fazer convergir os universos de costureiras cooperadas e trabalhadoras de empresas de facção é importante, pois são todos trabalhadores. Estamos pensando na formação desses trabalhadores. O conflito permanente de resistência de construção do novo dentro do velho. Existe um saber fazer encontrado nos planos de negócios, etc. que ajuda muito, mas, tudo isso para poder tentar atender à angústia de que o povo precisa de dinheiro para comer. Tenho a preocupação de que muitas vezes os os trabalhadores de Economia Solidária conseguem vender no mercado, mas não têm noção do quanto revolucionário é a sua prática. Eles precisam perceber a opressão e assim se tornar militantes para superar esse sistema que os oprime. A revolução deverá ser obra de todos os trabalhadores, devemos lutar por uma economia popular e com carteira assinada. Transformar os trabalhadores da economia solidária em militantes. Precisamos trabalhar com a conscientização dos trabalhadores do sistema que os explora e torná-los militantes; este deve ser nosso objetivo. Radicalizar a Economia Solidária, a democracia e a autogestão.

Questões levantadas pelo grupo para a mesa:

1. **Lenivaldo** – Precisamos recuperar a relação interior/exterior. Como é trabalhar a formação na solidariedade? E como contextualizar a ciência dentro da economia solidária? Se não superamos a dicotomia do saber intelectual e o manual, formador e formado, como fazer educação dentro dessa ótica?

2. **Richard** – A diferença entre trabalhadores sindicalizados e da economia solidária. A relação do trabalho e o papel do trabalho na economia solidária (desconstrução da hierarquia das relações de trabalho). A grande maioria desses trabalhadores não está dentro dos setores de empregabilidade, são do setor informal, e não de fábricas recuperadas, são autônomos que se coletivizaram; as pessoas têm que desconstruir isso. Temos que discutir o papel do trabalhador dentro da Economia Solidária. Devemos nos apropriar dos conceitos capitalistas assim como o sistema se apropria de nossos conceitos (cooperativismo, etc.). A disputa deve ser feita no

interior do sistema, pois negociamos da mesma forma, dentro de conceitos não desconstruídos. Ser trabalhador ou empreender não é a questão fundamental. O auto-gestor ou gestor solidário ainda são empreendedores. É preciso ter outra relação e outros conceitos. Não há uma relação de contextualização, a formação a partir do bairro. O trabalhador quando é formado na base pode fundamentar novos conceitos.

3. José Carlos - Gostaria de parabenizar a mesa pela reafirmação de palavras que não escutamos há muito tempo, consciência de classe, etc. A consciência de classe e a radicalização da luta são questões fundamentais. A contradição capital trabalho não foi superada. A formação em economia solidária deve incorporar a luta pela reforma agrária, a luta para barrar a transposição do Rio São Francisco, que está em andamento, através de uma guerra ideológica que está sendo travada com o falso pretexto de trazer água para a população pobre. Devemos perceber as verdadeiras razões de políticas desse tipo para não sermos tragados por processos que estão destruindo as bandeiras históricas dos trabalhadores. Precisamos manter a articulação com outros movimentos sociais.

Replica da Mesa

Maria Aída: Já existe muita coisa. Tenho medo deste afã da militância. Karl Marx não pode ficar na sombra, é indispensável no nosso discurso. Precisamos instigar a potência de agir. O fortalecimento da identidade pode também causar um isolamento dos outros. Os trabalhadores são capazes de governabilidade. Pensar no que está ao redor como a política e a reforma agrária. Como pensar a formação juntando política, economia, exercício da gestão, etc. é uma questão fundamental. Um curso de formação política em Economia Solidária é equivocada, pois está fragmentando um conhecimento que deve ser entendido na sua totalidade.

Paul Singer: A Economia Solidária nasce das contradições do sistema capitalista. Existe uma corrente, que eu respeito, mas não aposto, que é a do consumo consciente, do comércio justo, de criar uma economia para os que tem fé. Isso não vai superar o sistema capitalista. Você escolhe o que vai comprar pelo modo de produção, têm sentido, mas não muda o capitalismo. É somente do ponto de vista do bem estar do consumidor e não de transformar a sua consciência. Mas, o essencial é que você vai produzir melhor se a produção for auto-gestionada e isto é transformador.

Como criar uma ciência de autogestão? Podemos abrir mão do modo capitalista de fazer as coisas?. temos que ter uma forma superior de convivência social. O plano de negócios é uma projeção. A economia solidária tem que ter crédito Não devemos abrir mão do conceito de juros, mas sim da mais valia,. É preciso melhorar o ganho na Economia Solidária. Devemos lutar contra a pobreza. Pobreza não é sina, é uma maldição. E então qual é a forma de lutar contra ela? Acredito que produzir mais coletivamente. O software livre é um exemplo de coletivização de conhecimento que está superando o software proprietário capitalista. Compartilhar, ajuda mutua e não competir é melhor, inclusive para a economia capitalista. Não podemos agir com preconceito em relação à economia capitalista. O que é capitalista não necessariamente é contrario à Economia Solidária.

Francisco de Assis: Qual deve ser o tema para o educador popular? Acredito que seja construir as condições para que os educandos se apropriem dos

conhecimentos. Utilizar a pedagogia da solidariedade para recuperar fábricas falidas, por exemplo. Temos que conhecer a realidade para nos formamos juntamente com a massa dos excluídos. Ficamos presos a um plano de negócios e esquecemos que a nossa sobrevivência é mais importante que esse sistema. É o que os catadores estão fazendo. Só acredito em ciência quando ela é contextualizada e não se coloca como verdadeira.

Adriana: Gostaria de reforçar a questão de que os trabalhadores da economia solidária são todos trabalhadores. E propor a reapropriação do conceito de trabalho não restringindo-o à relação de trabalho capitalista. Não devemos nos fechar para a questão de sermos trabalhadores e outros empreendedores. Na dimensão política da economia solidária a radicalidade é a autogestão. Devemos nos apropriar do conceito de empreendedorismo e transformar a prática. Devemos construir relações humanas de amizade, de solidariedade entre os trabalhadores da economia solidária. Devemos viver da espiritualidade, da mística, do testemunho do movimento. O militante não deve se fechar somente à questão da economia solidária, pois outras questões são interligadas. Pensar nossa vida pessoal na prática militante e vice versa. Discutir a prática política através da sua fé política.

Rosângela: É importante discutir a questão dos nomes, o ato de nomear, constrói identidades, por isso é importante a terminologia que usamos na economia solidária. A questão da ciência e dos saberes e escola e centro de formação que seja autogestionada. Pensar a escola democrática na perspectiva da autogestão, em relação à formação dos trabalhadores devemos pensar também, em uma Universidade para os trabalhadores, uma Universidade regida pelos princípios e para formação de trabalhadores em Economia Solidária.

Painel 2: Desafios da formação em Economia Solidária: a formação para a organização autogestionária e qualificação para a eficiência econômica.

- Coordenadora: Edinara de Andrade
- Expositor: Gabriel Kraychete (40 minutos)
- Comentários: Francisca Rodrigues (10 minutos)

Gabriel Kraychete

Quero agradecer o convite que me foi formulado para participar deste painel. Não um agradecimento formal, mas de coração. Eu tive o privilégio de trabalhar na equipe da CAPINA e, por conta disso, nós realizamos inúmeras assessorias aos empreendimentos associativos populares exatamente sobre o tema deste painel: a viabilidade econômica e a gestão democrática dos empreendimentos associativos. Naquele tempo ainda não se falava em economia solidária. E como diz o Ricardo, nosso companheiro da CAPINA, nós certamente aprendemos muito mais do que os grupos. Fico muito feliz em poder compartilhar, neste fórum, o que conseguimos sistematizar deste conhecimento.

Os relatórios das oficinas regionais abordam uma grande diversidade de questões e revelam o empenho de tantas pessoas e instituições direcionado para a construção de estratégias de formação em economia solidária. Estes relatórios expressam uma grande riqueza, mas também revelam a magnitude dos desafios. Eu vou me ater ao tema proposto para este painel, dividindo minha exposição em três pontos: i) constatações iniciais, ou problematizando a formação para autogestão e eficiência econômica; ii) destacar algumas características dos empreendimentos da economia solidária e iii) apresentar uma forma de entender a sustentabilidade e as estratégias de formação direcionadas para a viabilidade econômica e gestão democrática, ancorada na minha experiência de trabalho na CAPINA.

1. Constatações iniciais sobre a atividade de formação: problematizando o tema:

Os empreendimentos da economia popular solidária possuem uma lógica peculiar. Não podem ser avaliados ou projetados copiando ou tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista. Tradicionalmente, os instrumentos de gestão e os estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte, notadamente a concentração do conhecimento sobre a atividade nas mãos da alta administração e a hierarquia nas relações de gestão. Essa perspectiva se distancia de uma proposta de transformação política nas relações de trabalho, que no caso das iniciativas populares se impõe como condição necessária a sua sustentabilidade.

Estamos falando, portanto, da construção e sistematização de um conhecimento novo que permita equacionar, de forma apropriada, as condições que, uma vez atendidas, contribuam para a sustentabilidade destes empreendimentos.

Não se trata apenas de gerar alternativas ao desemprego, mas de enfrentar o seguinte desafio: como desenvolver relações de trabalho que sejam, ao mesmo tempo, economicamente viáveis e emancipadoras?

Nestes termos, a eficiência econômica não é um fim em si mesmo. Por exemplo: A eficiência econômica de um empreendimento associativo pode ser adquirida através de algum projeto que financie a contratação de encarregados de produção e/ou administração. Por um período, o empreendimento parece funcionar bem, inclusive com resultados econômicos aparentemente positivos. Enquanto dura o projeto, os recursos permitem pagar as despesas e garantem uma remuneração aos associados. Durante algum tempo, como usualmente se diz, parece que "o projeto contribuiu para elevar a auto-estima do grupo". A instituição financiadora publica fotos e folder e divulga em seu site os resultados alcançados. Infelizmente, não são poucos os exemplos em que esta situação termina por estabelecer, no interior do grupo, relações de hierarquia que reforçam antigos e novos laços de dependência, comprometendo, com o passar do tempo, os objetivos inicialmente declarados, inclusive em termos econômicos.

A eficiência econômica, portanto, não é uma meta que se auto-valide. Mas pressupõe a indagação: eficiência econômica para quais objetivos? Se o que queremos são formas de trabalho economicamente viáveis e emancipadoras, a eficiência econômica e a autogestão não podem ser pensadas separadamente.

O entendimento do que é a gestão tem uma variabilidade bastante importante e que deve ser levada em conta, já que é fonte de interferências nas relações entre assessores e trabalhadores, entre os próprios trabalhadores e entre os assessores e as

entidades de apoio e fomento. Não são raros os estranhamentos gerados entre os próprios trabalhadores quando a questão é a organização do trabalho¹.

Parto do pressuposto de que a busca da sustentabilidade - tanto em seus aspectos econômicos como gerenciais - descolada da organização e dos processos de trabalho concretos, peculiares a cada empreendimento, constitui-se numa abstração. A verificação desta hipótese implica numa análise crítica dos processos de formação, inclusive para aperfeiçoar as estratégias em curso. Sem ter a pretensão de fazer esta análise, me proponho apenas a indicar alguns elementos para a nossa reflexão.

São comuns, por exemplo, os cursos sobre cooperativismo e associativismo. Em geral, estas atividades de formação partem das definições dos princípios do cooperativismo e associativismo e também abordam os seus aspectos formais (legais, jurídicos, tributários, documentação necessária, estatutos, diferenças entre cooperativa, associação, empresas etc). Da bibliografia que conheço destinada à formação sobre este tema, a ênfase na descrição/definição dos princípios e nos aspectos formais é a mesma.

Há quem afirme, por exemplo, que as cooperativas apresentam o melhor modelo de organização do trabalho autogestionário e que os princípios e as regras do cooperativismo fornecem um bom referencial para pensarmos a autogestão.

Sem entrar no mérito desta afirmação, pode-se admitir que estes princípios são uma declaração do *dever ser*. Expressam uma meta, um ponto de chegada, um enunciado que todos concordam, mas que vale tanto para as primeiras cooperativas na Europa do século XIX, para uma empresa de médio porte que foi recuperada aqui no Brasil, para um empreendimento de grande porte como a Usina Catende ou a APAEB, como para um pequeno grupo de mulheres que formaram a ADOCI – Associação das Doceiras de Itapagipe, localizada na periferia de Salvador.

As condições concretas do processo de trabalho e das condições em que ele ocorrem são muito diferentes em cada um destes empreendimentos, com evidentes implicações para a gestão cotidiana dos mesmos.

Deve-se considerar também que, geralmente, os empreendimentos são formados por pessoas que já se conhecem. Em princípio, ninguém manda em ninguém – todos são iguais. Produzir quase todos sabem, mas é comum uns saberem mais do que outros. Se há diferença de saberes, há diferença de poderes. Mas se todos são iguais, como lidar com isso?

É insuficiente, portanto, afirmar que a autogestão se caracteriza pela ausência de separação entre os que decidem e os que executam. Há decisões que podem resultar de uma discussão coletiva. Mas existem outras que precisam se tomadas na hora, sob o risco de um prejuízo maior. Um exemplo ilustra o que quero dizer: um empreendimento associativo do setor mecânico produzia peças que, antes de serem entregues ao cliente, necessitavam passar por um controle de qualidade para ter a garantia de que não estavam com defeito. Como fazer este controle de qualidade? Todos são responsáveis? Haverá uma pessoa responsável? Uma equipe? Este grupo decidiu que haveria uma pessoa responsável. Ora, o trabalho desta pessoa expressa um ato de poder sobre os demais associados encarregados da produção. E, ao vetar

¹ AGUIAR, Katia. Economia dos Setores Populares: modos de gestão e estratégias de formação. Disponível em www.capina.org.br

uma peça, poderia gerar tensões ou conflitos com os outros trabalhadores. A decisão do grupo foi que o encarregado de controle teria o poder de vetar ou liberar a peça, mas a sua decisão estaria sujeita a avaliação nas reuniões semanais do conjunto dos trabalhadores.

Atenção: esta foi a "regra do jogo" do trabalho associativo estabelecida por aquele grupo. O que quero acentuar é exatamente o fato de que não existem receitas e de que é inócua uma declaração de princípios descolada do processo de trabalho peculiar a cada grupo.

Em outras palavras, se nos atemos apenas aos princípios e não nos deixamos interpelados pela realidade podemos enfrentar problemas incontornáveis. Por exemplo: o primeiro princípio do cooperativismo é a associação livre e voluntária. Ou seja, segundo um dos textos que mencionei anteriormente, o ingresso no empreendimento não pode ser por imposição nem por outro interesse que não seja associar-se para exercer uma profissão e conseguir renda de forma autônoma e coletiva. Mas o que nos diz o mapeamento da economia solidária realizado pela SENAES? A principal motivação para a organização dos empreendimentos associativos foi a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego.

Na realidade, as pessoas buscam os empreendimentos associativos por diferentes razões. Com o risco de afirmar o óbvio, convém insistir que não se trata de idealizar os empreendimentos da economia solidária como se fossem regidos por valores e práticas assentados exclusivamente em relações de solidariedade, e que estas se constituíam na motivação determinante dos seus integrantes para a organização e gestão destes empreendimentos. Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o auto-interesse. A suposição restrita e simplificadora de que os empreendimentos da economia popular solidária assentam-se num único princípio motivador e organizador gera a ilusão sedutora de aparentes soluções perfeitas, mas frustrantes, transformando paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens.

A dimensão gestonária diz respeito às condições do trabalho vivo, do trabalho real. Incluem as relações do trabalhador com os outros, com a organização e o processo de trabalho específico de cada atividade. Incluem as relações do trabalhador consigo mesmo, dos *usos que faz de si* – suas aspirações, desejos, crenças; ou, poderíamos dizer, sua ética. Desse modo, a dimensão gestonária supõe a indissociabilidade, num modo de produção, entre subjetividade e política.²

Se é verdade que a autogestão descolada dos processos de trabalho é uma abstração, e que não existe uma formação para a eficiência econômica e outra para a autogestão, nos deparamos com o seguinte desafio: como implementar estratégias de formação em que os integrantes dos empreendimentos associativos construam, simultaneamente, num mesmo ato, a compreensão das condições necessárias à viabilidade econômica e autogestionária dos empreendimentos, considerando as relações técnicas e sociais de produção peculiares a cada empreendimento.

Antes de prosseguir, convém formular a seguinte indagação: quais as principais características dos empreendimentos associativos, tal como eles existem hoje? A análise destas características permitem quais conclusões?

² Cf. idem.

2. Um perfil dos empreendimentos da economia solidária

Do ponto de vista político, a economia solidária vem se projetando no âmbito de uma prática social transformadora, e despertando o interesse de diferentes instituições.

Este FBES é uma conquista extremamente importante e, além dele, foram construídos outros fóruns, redes, conselhos, conferências, articulações nacionais e internacionais, e há um crescente envolvimento de ONGs, instituições de ensino e pesquisa e de órgãos governamentais.

Apesar destas conquistas, os empreendimentos associativos, quando observados de perto, quase sempre revelam grandes dificuldades e fragilidades ainda pouco analisadas, sobretudo no que se refere às condições da sua sustentabilidade.

Em geral, a grande maioria dos grupos enfrenta dificuldades para tocar os seus próprios negócios e não possuem os conhecimentos adequados à viabilidade econômica e associativa das atividades que realizam. No mais das vezes, é superficial o conhecimento sobre os diversos aspectos práticos que compõem ou que deveriam compor a atividade.

As primeiras tabulações do mapeamento nacional em economia solidária permitem delinear as seguintes características dos empreendimentos associativos:

- A maior parte dos grupos se estruturou tendo por principal motivação a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego (citado por 45% dos empreendimentos), seguida pela busca de uma fonte complementar de renda (44%) e pela possibilidade de obter maiores ganhos através de um empreendimento associativo (39%). Desenvolver uma atividade onde todos são donos foi citado por 31% dos empreendimentos;
- Predominam os empreendimentos que atuam exclusivamente na área rural (50%). Os empreendimentos que atuam exclusivamente na área urbana correspondem a 33% do total. Parece existir uma maior tradição e facilidade de organização dos empreendimentos associativos no meio rural, que possuem características peculiares em relação aos tipicamente urbanos. Se, por exemplo, uma atividade de agricultores familiares não obtém êxito na comercialização coletiva de seus produtos, eles têm a opção de retornarem à forma tradicional em que se inseriam no mercado, nem que seja vendendo para o atravessador local. No caso dos empreendimentos urbanos, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem mais intensa para os associados, sobretudo na situação em que os mesmos não possuem outra fonte de renda;
- O trabalho associativo tem sido majoritariamente decorrente do esforço e dos recursos exclusivos dos próprios trabalhadores. Pode-se supor que a dependência de recursos dos próprios associados ou de doações cerceia o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos, e compromete as condições necessárias à sustentabilidade dos mesmos. Vários grupos se organizam, mas, não conseguem os recursos necessários para o início da atividade. Ou, então, conseguem recursos para os equipamentos, mas não dispõem de capital giro. A distância e os percalços entre os passos iniciais para a organização da atividade e a sua entrada em operação, constitui-se numa *travessia no deserto*, onde é plausível supor a existência de iniciativas que sucumbem durante o percurso;
- Os resultados econômicos obtidos são frágeis. Apenas 38% dos empreendimentos obtiveram uma receita capaz de pagar as despesas e ter alguma sobra. 33% conseguiram pagar as despesas sem obter sobras e 16%

não conseguiram pagar as despesas. 13% dos empreendimentos não são organizados com vistas à obtenção de resultados financeiros ou não informaram;

- Do total de empreendimentos que informou a remuneração dos sócios que trabalham no empreendimento, 50% têm remuneração com valor até meio salário mínimo (SM). Em 26,1%, a remuneração é de meio a um SM, totalizando 76,1%;
- É arriscado supor que o reduzido ganho econômico dos sócios deve ser relativizado pelo fato de muitos empreendimentos terem declarado que a razão de sua existência reside na possibilidade de obtenção de uma fonte complementar de renda para os seus associados. É plausível supor que esta renda seja a complementação de outra igualmente precária;
- São poucos os grupos que conhecem a quantidade mínima a ser produzida e vendida para que a atividade não apresente prejuízo;
- A quase totalidade dos grupos não realiza qualquer tipo de reserva destinada à manutenção ou depreciação das máquinas e equipamentos que possuem; A ausência destas reservas pode suscitar a ilusão de uma rentabilidade aparente que, com o correr do tempo, pode comprometer ou criar sérias dificuldades para a continuidade do empreendimento.
- Em geral, os grupos exercitam, de alguma forma, princípios democráticos de participação, com prestação de contas aos associados e renovação das coordenações ou diretorias;
- 60% dos empreendimentos têm alguma relação ou participam de movimentos populares, destacando-se os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra e de agricultores familiares.

Outra grande fragilidade dos empreendimentos associativos é a ausência de conhecimentos e práticas adequadas à comercialização dos seus produtos e serviços. É comum, sobretudo no caso dos agricultores familiares, os trabalhadores falarem que entendem da produção, mas não sabem como comercializar da melhor forma. Ao realizar a comercialização, o empreendimento associativo estabelece, simultaneamente, dois tipos de relações: externamente, com o mercado (diferentes tipos de compradores) e suas exigências em relação ao produto (qualidade, classificação, quantidade mínima, preços etc.); e internamente, entre os associados, na definição das "regras do jogo", ou seja, as implicações, ganhos, riscos e responsabilidades que cabem a cada um no processo de comercialização.

Assim, a comercialização promovida pelo empreendimento associativo envolve relações mais complexas do que aquelas realizadas por uma empresa privada. Ou seja, ao realizar a comercialização, o grupo deve conhecer os caminhos do mercado e, simultaneamente, promover novas relações entre os associados. A relação com o mercado mais amplo pode ser alcançada, com alguma facilidade, através de um bom gerente de vendas. É nas relações internas entre os associados que residem os maiores desafios para o êxito da comercialização coletiva.

3. A sustentabilidade e estratégias de formação

A sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária se constrói no cruzamento de diferentes vetores de transformação, externos e internos aos grupos. Depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis no seu interior e requer uma ação convergente e complementar de múltiplas instituições e iniciativas nos campos político, econômico, social, tecnológico etc. O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da

economia. Nestes termos, a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é um problema estritamente econômico nem se equaciona no curto prazo, mas pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social.

Do ponto de vista interno aos empreendimentos, e é nisso que eu vou me ater, pode-se dizer que o mesmo adquire condições de sustentabilidade quando os seus associados se encontram habilitados para assumir a sua condução. Ou seja, uma das condições indispensáveis ao fortalecimento das organizações econômicas populares reside no domínio, por parte dos seus integrantes, das condições necessárias à viabilidade econômica e associativa da atividade que realizam.

Na empresa capitalista o processo de trabalho manifesta-se como um meio do processo de valorização do capital. É o local onde o capital produz e é produzido e, por isso mesmo, requer o controle – abusivo ou refinado – sobre os trabalhadores.

Nos empreendimentos solidários, embora não exista a figura do patrão, os projetos, as políticas, os estatutos ou os conselhos dos especialistas, mesmo quando discutidos e aceitos por um coletivo, veiculam prescrições. E tanto nas formas tradicionais de trabalho quanto nas experiências que propõem a autogestão, o que é (pré) escrito não dá conta da realidade do trabalho, ele pode ser um norte, uma referência a ser considerada. Não são raros os estranhamentos gerados entre os próprios trabalhadores quando a questão é a organização do trabalho.³

Um pressuposto primordial à sustentabilidade dos empreendimentos é que os seus integrantes conheçam as condições necessárias para que a atividade que desenvolvem ou pretendam implementar tenham maior chance de êxito. Se isto é verdade, um instrumento essencial a ser utilizado é o estudo de viabilidade do empreendimento, englobando, simultaneamente, os aspectos econômicos e gerenciais. Mas para que este estudo tenha uma utilidade prática e contribua efetivamente para uma maior consistência dos empreendimentos da economia popular solidária é necessário que o mesmo considere a lógica peculiar de funcionamento destes empreendimentos.

Sintetizo, a seguir, uma proposta que resulta da sistematização dos conhecimentos proporcionados pela atividade de assessoria desenvolvida pela Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa - CAPINA, nos últimos 17 anos, nas áreas de viabilidade econômica, comercialização e gestão, abrangendo mais de 120 empreendimentos associativos em 20 estados do país⁴. A partir de 2003, esta metodologia vem sendo aperfeiçoada com a contribuição dos alunos do curso de extensão em Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos, promovido pela CAPINA em parceria com o Núcleo de Estudos do Trabalho da Universidade Católica do Salvador (NET-UCSAL) ⁵.

O quê é e para que serve o estudo de viabilidade e gestão democrática? Ele tem dois objetivos básicos: identificar e fortalecer as condições necessárias para que o projeto tenha êxito; e permitir que todos os participantes conheçam a fundo o projeto que estão por iniciar, para que possam se comprometer, com conhecimento de causa, com as suas exigências e implicações. Por si só, não é uma garantia de êxito do

³ Cf. idem.

⁴ Este conhecimento está sistematizado nos fascículos "Puxando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I" e "Retomando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos II", disponíveis no site www.capina.org.br. Sua leitura oferece uma boa avaliação sobre a aplicabilidade de seu conteúdo e a efetividade da metodologia adotada.

⁵ Foram realizadas seis turmas, totalizando 149 alunos de 16 estados do país.

projeto, mas indica as condições necessárias para que o mesmo tenha maior chance de êxito.

No caso dos empreendimentos associativos populares, todos precisam ter todas as informações necessárias para avaliar e decidir, com segurança, sobre a atividade que pretendem implementar. Este é o maior desafio para o sucesso do projeto. O estudo de viabilidade, realizado de forma apropriada, constitui-se num instrumento indispensável ao enfrentamento deste desafio.

A análise de viabilidade de empreendimentos associativos, para ser eficaz, não se resume aos aspectos estritamente técnicos ou aos cálculos econômicos: envolve, também, as questões gestionárias. São estas questões que definem as relações que as pessoas envolvidas no projeto vão estabelecer entre si, as tarefas, compromissos e responsabilidades a serem assumidas por cada um. Ou, em outras palavras, as condições para a gestão democrática do empreendimento. O bom tratamento dessas questões é uma condição essencial para o sucesso do empreendimento. Mesmo quando o projeto é viável do ponto de vista estritamente econômico, surgem muitas tensões e conflitos pelo fato de as "regras do jogo" não terem sido previamente combinadas. A construção coletiva destas regras não suprime os conflitos, mas facilita o equacionamento das inevitáveis tensões, através da sua avaliação e dos ajustes necessários a partir da vivência cotidiana do grupo.

Do exposto, pode-se concluir que é de extrema importância elaborar o estudo de viabilidade antes de se iniciar a atividade. Mas isso é o ideal. Na realidade, o que se pode constatar é a existência de muitos empreendimentos que iniciaram as suas atividades sem fazer qualquer tipo de planejamento ou estudo de viabilidade. O fato de a atividade encontrar-se em operação não reduz a necessidade do estudo, ao contrário, torna-a mais urgente, na medida em que o estudo contribui para fortalecer o que já está funcionando bem, identificar os aspectos desfavoráveis ao êxito da atividade e promover os ajustes que se fizerem necessários.

O que se busca com o estudo é conferir, sistematizar e aperfeiçoar o conhecimento do grupo sobre o projeto. Um caminho para isso é o grupo formular, para si mesmo, todas as perguntas que devem ser respondidas, pelos seus próprios integrantes, sobre os diversos aspectos necessários ao bom funcionamento da atividade. O ponto de partida, portanto, é o conhecimento sobre o processo de trabalho peculiar a cada atividade.

Para não esquecer nenhuma pergunta importante, elas podem ser classificadas considerando os vários aspectos da atividade. Não basta, por exemplo, o grupo saber o que quer produzir, mas indagar sobre a quantidade a ser produzida, os investimentos, o processo de produção, a matéria-prima a ser utilizada, os custos de produção, a comercialização, a administração e as questões financeiras. Na prática, cada grupo deve formular as perguntas mais adequadas ao seu tipo de atividade.

Respondendo a essas perguntas o grupo estará identificando boa parte das condições necessárias para que a iniciativa tenha êxito. O importante é saber escolher bem as perguntas. E, depois, buscar as respostas. Este procedimento força o grupo a conferir e, se for o caso, aperfeiçoar o seu conhecimento sobre a atividade.

É da resposta a estas perguntas que surgirão os números que serão utilizados, num segundo momento, nas contas que devem ser feitas. Ou seja, trata-se de ordenar e interpretar os números encontrados. Por isso o conhecimento proporcionado por esta

primeira parte é essencial. Sem ele não será possível dar os passos seguintes. Feito desta forma, o estudo de viabilidade também desmistifica a aparente complexidade das contas. O bom termo do estudo de viabilidade depende mais do profundo conhecimento sobre a própria atividade do que de contas complicadas.

É claro que, ao listar as perguntas e buscar as respostas, podem surgir algumas dúvidas. Mas, ao localizar essas dúvidas, o grupo estará conferindo o seu próprio grau de conhecimento sobre o projeto e poderá, antes de iniciá-lo, buscar os meios para aperfeiçoar esse conhecimento.

Nesta fase é muito importante visitar e conhecer a experiência de outros grupos que já estejam trabalhando com um empreendimento semelhante ao que se pretende iniciar.

Para ser proveitosa, essa visita deve ser muito bem preparada. É importante, por exemplo, que antes o grupo faça um roteiro de observação bem adequado, envolvendo todos os aspectos do projeto.

Como já indicado, o outro componente do estudo de viabilidade é a discussão e construção das "regras do jogo", ou das relações associativas do projeto, vislumbrando não apenas os benefícios esperados da atividade econômica, mas antevendo o trabalho, as exigências e as responsabilidades que dela emanam.

Um caminho para que estas regras de convivência sejam coletivamente construídas é o grupo também formular as questões para serem discutidas entre todos os seus membros. Por exemplo: quem vai participar do projeto? Participam sócios e não sócios? Em que condições? Quem vai ser o responsável pela manutenção dos equipamentos? Qual o critério para remuneração dos sócios? No caso de beneficiamento de produtos agrícolas, a matéria prima vai ser fornecida pelos próprios sócios? Como será o pagamento? Somente após o beneficiamento e a venda do produto final ou antecipadamente? Quem vai cuidar das vendas: uma pessoa ou o grupo todo? Se tiver uma pessoa responsável, ela será remunerada? De que forma? Quais são as tarefas de administração? Quem vai cuidar delas? Que anotações e registros físicos e financeiros são necessários? Quem vai fazer e como serão feitas essas anotações? Como repassar os resultados para todos de forma compreensível? Qual será o destino das sobras? Será distribuído entre os sócios? Será destinado à formação de um fundo? Com que objetivo? E no caso de haver um prejuízo? Como serão tomadas as decisões?

Estes procedimentos contribuem para que a percepção e a implementação dos passos necessários a uma gestão democrática do empreendimento sejam tratadas de forma prática, o que parece ser mais eficiente do que discussões isoladas e abstratas sobre os princípios do cooperativismo e do associativismo.

Estes procedimentos também contribuem para a reflexão sobre o lugar do assessor como educador, em contraposição ao assessor exclusiva ou essencialmente técnico, não por um ato de vontade ou mera declaração de princípios, mas pelos procedimentos e dispositivos inerentes à própria execução do estudo. A formulação das perguntas e a busca das respostas conduz à sistematização de um conhecimento novo, que resulta de saberes diferentes. Nestes termos, como indica Aida Bezerra, os procedimentos adotados marcam uma diferença entre uma simples transferência de conteúdos e uma atividade formativa mais ambiciosa, na qual os sujeitos do processo se descobrem mais fortalecidos no que são, no que fazem e no que podem.

4. Para concluir:

6. Num plano mais imediato, o enfrentamento de muitas das atuais dificuldades das organizações econômicas populares pressupõe um trabalho educativo diferenciado e permanente junto às mesmas, voltado para a construção de um conhecimento, por parte dos seus integrantes, sobre as condições necessárias à viabilidade econômica e gestonária destas organizações. Trata-se, portanto, de formar assessores educadores ou agentes de desenvolvimento da economia popular solidária aptos a prestarem uma capacitação apropriada aos empreendimentos. Isto requer o desenvolvimento e a amplificação de conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica dos empreendimentos da economia solidária, para que se transforme num saber coletivo o que alguns grupos já conseguiram. É evidente que isto implica num esforço em larga escala que permita ir além da ação pontual e localizada, que vem sendo atualmente desenvolvida por algumas instituições de apoio e assessoria.
7. E recorrendo as formulações da professora Katia Aguiar sobre as estratégias de formação implementadas pela CAPINA:
8. A atividade de formação não é um problema técnico. O que queremos enfatizar é que não se trata de encontrar e aplicar o melhor método, mas de colocar em questão o processo de trabalho e as condições nas quais ele acontece, incluindo sua organização. O maior ilusionismo que a crença no bom método promove talvez seja o de supor que as pessoas envolvidas nos processos de trabalho e de conhecimento, cheguem vazias e que se limitem a ser meras executoras do que lhes é exigido. Daí a importância de interrogarmos a atividade, a forma como se organiza o trabalho, e é essa a proposta quando, no estudo de viabilidade, se faz o convite a elaboração das questões associativas.
9. A interrogação sobre a atividade mobiliza a atenção para o que se faz, para o que os outros integrantes fazem e, para além, questiona as relações daquele "pequeno grupo" com o entorno – seja ele a comunidade local, a família ou o mercado. Ele convoca à (re) organização dos saberes já existentes e a novas conexões e conseqüente ampliação do conhecimento.
10. É importante destacar que quando falamos de um estudo apropriado à realidade dos grupos e empreendimentos populares, estamos nos referindo à construção de instrumentos que favoreçam a potencialização das práticas em sua dimensão inventiva e nos afastando de um ajustamento tecnicista. Menos a reprodução de modelos do que o uso da técnica como dispositivo, para com ela, a partir dela e apesar dela, verificar seus efeitos, sempre políticos.

Francisca: A academia deve ajudar no estudo e implementação da economia solidária e empresas recuperadas. Os princípios da economia solidária são os princípios dos trabalhadores. Os problemas da formação em empresas recuperadas são intensificados quando o trabalhador não tem consciência do processo no qual esta inserido. Outro desafio é o sucateamento das empresas e a tecnologia superada. A dificuldade dos empreendimentos em implementar os princípios da economia solidária deve ser superada, pois uma outra economia é possível e está acontecendo, sendo assim o desafio é a construção de uma outra cultura que supere o individualismo. O desafio é nos tornarmos assessores, educadores, que auxiliem nessa outra economia.

Questões propostas á mesa:

Ana: Uma questão é saber que a formação se dá no interior do empreendimento, na gestão. Onde a gente está fazendo é que a gente aprende a fazer. A formação

deve ser conciliada à satisfação das necessidades básicas dos trabalhadores. Deve ter a preocupação com a cultura dos trabalhadores.

Graciete: Uma questão importante é o reconhecimento de diversos sujeitos, assim como o reconhecimento das mulheres como sujeito políticos com discussões específicas. Existe o princípio de equidade na economia solidária, porém, como ficam as questões específicas do trabalho da mulher (como a questão trabalho doméstico), além das relações de poder.

Wilson: As experiências de cooperativas foram garantidas por oportunidades de políticas públicas. Assim como relacionar garantias de oportunidades e formação.

Moacir: Outra dificuldade é ter uma gerencia que de conta de todas as demandas. Quantas entidades estão com auto-suficiência na economia solidária?

Raimundo: A autogestão deve privilegiar o empreendimento ou as pessoas envolvidas? Acredito que as pessoas.

Réplicas da Mesa:

Gabriel: Na realidade dos grupos a maior parte das pessoas mantém relações de família e vizinhança. As regras de jogo do trabalho associativo envolvem relações de poder entre amigos e família. A questão de gênero é atravessada pela discussão sobre a família, pois as mulheres já são em maioria chefes de família.

Em que medida os processos de trabalho vigente estão em sintonia com as propostas de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras, e entre elas estão incluídas as discussões sobre a mulher?

Existem diversas realidades envolvidas nos empreendimentos tais como, grau de escolaridade, experiência associativa, de trabalho assalariado.

Outras questões do público:

Lia: Questão referente à metodologia apresentada por Gabriel. Sendo a gestão um espaço de aprendizagem é preciso tomar decisões técnicas e políticas, porém estas não estão dissociadas. Como articular o conhecimento historicamente acumulado, como os conhecimentos sobre a sociedade capitalista, com a formação emancipadora?

Ana: Como articular os eixos indivíduos, empreendimento, família e comunidade? Como fazer este plano de viabilidade devido aos problemas que aparecem quando este é aplicado?

Ariadne: Onde ficam nossas crianças e adolescentes uma vez que são sujeitos férteis para a construção dessa outra sociedade?

Mesa:

Gabriel: É impossível pensar uma outra economia sem uma outra política, uma depende da outra. Assim o Estado deve garantir para a viabilidade da economia solidária ações no campo da educação, saúde, moradia, trabalho, consumo,

segurança, tributária. O dilema da viabilidade se refere às questões políticas gerais articuladas as especificidades de cada grupo.

Francisca: O desafio da Economia Solidária são é a inclusão da diversidade de sujeitos da economia solidária.

Edinara: Os menores e mais frágeis empreendimentos são formados em maioria por mulheres, nos órgãos de representação da economia solidária encontram-se mulheres, mas na base; os homens são maioria nos espaços de decisão.

ANEXO II

TEXTO APRESENTADO PELOS EXPOSITORES

Educação Popular e Economia dos Setores Populares: preocupações e indagações⁶

1. as armadilhas do nosso imaginário

A intenção deste escrito não é definir caminhos ou apresentar alternativas de atuação, mas aproveitar a oportunidade para formular algumas indagações e partilhar preocupações com os educadores que se encontram envolvidos, por escolha própria ou em decorrência de seus vínculos institucionais, com as atividades econômicas dos setores populares. Na maioria das vezes, essas atividades encontram apoio nas convocações dirigidas às comunidades como parte de um programa de trabalho comprometido com propostas institucionais ou com os seus financiamentos. Outras vezes, surgem do esforço de organização dos próprios trabalhadores manifestando assim suas estratégias de sobrevivência e de enfrentamento das estruturas de um sistema que descuida das suas condições de vida.

A nossa inserção nesse universo, enquanto educadores vêm carecendo de uma caracterização atenta que nos permita identificar com maior segurança o nosso espaço de intervenção e o lugar que ocupamos nessa trama de relações. Estamos nos colocando, portanto, numa posição de quem explora os elementos que a prática já nos oferece e, ao mesmo tempo, estamos elegendo referências que nos ajudem a interpretar as nossas necessidades frente às demandas do nosso campo de trabalho.

Inicialmente, é preciso reconhecer que, pelos diferentes caminhos de nossa atuação junto aos empreendimentos populares, deparamo-nos sempre com os desafios postas nesse cenário, seja aos trabalhadores, consideradas as enormes dificuldades de consolidação de suas iniciativas, econômicas e associativas, seja aos educadores, apontando a insuficiência de nosso preparo específico para que possamos, efetivamente, apoiar a dinamização desses processos. Seria, portanto, muita ingenuidade tentar responder já a questões que somente agora, e ainda muito timidamente, começamos a detectar nas experiências econômicas dos setores populares, no que se refere à especificidade de uma contribuição educativa a esse campo de intervenção social.

Considerando que os desafios não estão postos para nos imobilizar, mas para convocar a nossa vontade de responder aos mesmos, podemos traduzir essa energia em termos de deslocamento, de movimento, na direção de identificar o que nos interroga. Precisamos, para isto, de um ponto de partida e de um horizonte para nos mover. O ponto de partida, sem dúvida, é constituído pelas indagações que já nos cercam. Podemos fazer várias escolhas para eleger uma indagação inicial mas, como estamos preocupados com a nossa formação, parece que a primeira pergunta se debruça sobre nós mesmos, sobre os nossos próprios percursos: como fomos formados? O que povoa as nossas idéias? Quer dizer, em que referências, nós educadores, nos apoiamos para

⁶ Este artigo foi elaborado por Aída Bezerra para o Seminário: “Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação”, promovido pela UCSal/CAPINA, de 5 a 6 de dezembro/2006, em Salvador/BA.

interpretar esse campo de necessidades ou para propor caminhos que abram espaço à manifestação efetiva dos grupos populares e ao fortalecimento de sua presença política?

A grande tentação é anunciar, na esperança de que tomemos como uma sinalização, que o nosso imaginário, produzido com os temperos de nossa formação histórica e social, está cheio de armadilhas. Por exemplo, por mais que nos alinhemos à vanguarda da luta por igualdade, justiça social e solidariedade, não conseguimos apagar de nossa bandeira, de nossa memória, e talvez da nossa lógica, os princípios de *ordem e progresso* aí inscritos pelo Estado. Discursar simplesmente sobre o anacronismo dessa herança positivista não desfaz a sombra, em nossa mente, de um progresso que se projeta em linha reta no tempo, em direção a um horizonte infinito de sucessos; e de uma ordem que, perpendicularmente, pretende garantir as condições de tranquilidade política para que o trem do progresso não sofra nenhum atraso com paradas desnecessárias. Não podemos deixar de nos perguntar: quem estaria no comando da locomotiva desse progresso e a quem ameaçaria a alteração de sua velocidade? Sobre isso, sem dúvida, todos nós temos alguma clareza.

A supremacia da razão, como fonte de iluminação daquilo que deve ser desvelado pelo conhecimento humano, empresta uma hierarquia aos saberes: os saberes superiores que buscam a verdade, e que por isto mesmo se legitimam, e os outros saberes, aparentemente menos confiáveis, que se apóiam em outras lógicas de acumulação da experiência e de verificação da procedência de suas descobertas.

Assim, nos confunde a idéia de que a ciência detém o carimbo da verdade. Quando alguém diz que uma afirmação é científica, ela aparece como indiscutível e definitiva. A questão não está na maior ou menor consistência de um conhecimento dito científico, essa não é a nossa discussão, mas na apropriação que dele se fez. Por decorrência das conjunturas históricas, o progresso se assentou sobre o seqüestro dos saberes produzidos pelos trabalhadores e sobre os avanços da ciência. A inquietação dos homens por desvelar os mistérios da vida que os cerca para reconhecer, com mais clareza, o que rege o seu dinamismo e para se relacionar com as suas possibilidades, reside na sua sede de apreender para transformar. Mas, quando a apropriação e o uso desses saberes se traduziram em concentração de poder, o progresso não se deu em favor de todos e de tudo. As seqüelas disto estão aí, explícitas.

A nós importa relativizar a produção científica, embora reconhecendo que há lugar para as instâncias que devem, necessariamente, trabalhar a excelência desses conhecimentos com a justificativa da universalização de seus benefícios. Mas, ao mesmo tempo, isto não significa que esta seja a única fonte de produção de saberes, como uma refinaria que depois distribui o seu produto pelos diversos postos de gasolina, onde se abastecem todos os veículos. Este seria o caminho do pensamento único. Há uma diversidade de saberes sendo produzidos nas práticas sociais e os trabalhadores teóricos deveriam, em princípio, apreender e interpretar a demanda dessas práticas para vincular a sua produção às necessidades sociais. A identificação dessas necessidades vem se fazendo, em geral, de modo seletivo e é vinculada aos interesses hegemônicos. A fragilidade desse vínculo com o todo da sociedade é claramente denunciada pela insuficiência de estudos comprometidos com os interesses dos setores populares.

A ciência nos legou também, como parte de seus procedimentos, a supervalorização dos instrumentos, dos métodos e das técnicas. Para muitos de nós, a confiança no sucesso de um trabalho está na escolha da metodologia e no uso de técnicas

aparentemente adequadas. Não é por acaso que somos apresentados como técnicos disso, técnicos daquilo, e, em nosso caso, como técnicos em educação. Ora, educação não é uma técnica, é um instrumento. O instrumental de que lançamos mão para ampliar as condições pedagógicas de atuação num determinado contexto é, por sua vez, construído pela articulação de alguns fundamentos; e o uso desse conjunto articulado de recursos expressa as referências em que essa atuação se baseia. Se não nos apropriamos desses fundamentos, estamos nos colocando em posição de meros executores do pensamento de outros. E nós, sem dúvida, nos situamos entre os que batalham pela autonomia dos sujeitos sociais. A margem de flexibilidade e reinvenção das metodologias, e mais ainda das técnicas, é ampla. No confronto com os diversos contextos temos que nos perguntar, a cada vez, se o instrumental de que dispomos é apropriado à situação que se apresenta. Não existem metodologias em prateleiras, completamente ajustadas aos nossos empreendimentos educativos, nem manuais de receitas técnicas que garantam o resultado esperado.

Outra marca que carregamos é a culpa. Mas não vamos nos embrenhar nos mistérios do pecado original nem do sangue de Cristo derramado em reparação à nossa desobediência inata. O lugar da nossa solidariedade efetiva, aqui e agora, é o que temos que avaliar. Às vezes, podemos dar a impressão de que somos culpados por não ser tão pobres ou ficamos confusos com a remuneração que recebemos por nosso trabalho diante da enorme miséria que nos cerca e com que trabalhamos etc, etc. Definitivamente, não somos solidários nem cúmplices com o desvio histórico do capitalismo que engendrou estruturas injustas e que resultaram nessa calamidade mundial, ou planetária, se considerarmos as exatas dimensões do desastre em que nos encontramos. Nós não queremos contribuir para que essa situação se perpetue. Temos direito, sim, a sobreviver do nosso trabalho e queremos que todos possam ser incluídos, igualmente, nessa condição de dignidade. É nessa perspectiva que procuramos dar sentido e justificar a nossa existência pelo alinhamento à tendência histórica de reinvenção das relações de trabalho e de convivência humana pelas quais todos possamos nos reconhecer e reconhecer o mundo em que vivemos. É esse o nosso campo de luta e de solidariedade.

Se continuássemos nessa linha, conseguiríamos ainda identificar um bom número de elementos que confundem as nossas escolhas. Mas, o mais importante agora é descongelar essas velhas imagens, dando maior nitidez aos novos apelos que compõem a moldura do cenário que estamos construindo.

2. os desconfortos de nossa tarefa

De onde vem esse sentimento incômodo de que a nossa ação pedagógica tem mais gosto de descontinuidade e de desconstrução do que sabor da gratificação que vem da positividade de uma luta emancipatória da qual participamos?

Aí começa uma conversa que ainda não conseguimos aprofundar, sobre o nosso distanciamento do perfil do educador cuja missão está confinada ao recinto escolar, para nos descobrirmos presentes num campo de atuação de proteção institucional precária. Não dispomos de um currículo como roteiro e o nosso público é diverso e disperso. Temos que tecer nossa própria rede de apoio e depender de nossa capacidade de leitura e interpretação das condições em que o nosso trabalho vai se desenvolver. Os espaços de intervenção se confundem: estamos, ao mesmo tempo, num campo de aprendizagem e de luta. Lidamos com forças em potencial e buscamos

as suas alternativas de expressão. O nosso lugar não é confortável, mas, é de onde conseguiremos abrir passagens para a transição rumo a um outro tempo histórico.

Nesse sentido estamos, de fato, ajudando a descontinuar e a desconstruir as bases do que está posto. O que está posto é a exploração, a submissão, a expropriação em todas as esferas e, para que isso funcione, foi necessário separar o inseparável: economia e política, trabalho e gestão. Diríamos que pensar e concretizar uma pedagogia que priorize o fortalecimento da economia dos setores populares é, exatamente, garantir uma perspectiva de restabelecimento dessas conexões.

Os processos que, a duras penas, tentamos implementar são, na maioria das vezes, de resultados inseguros. Os grupos, as pessoas, deixam aparecer todas as seqüelas que o sistema produziu: a baixa escolaridade, os vícios das práticas de dominação, a falta de credibilidade em seu próprio potencial, a fragilidade da experiência de associação/organização, as marcas da submissão, etc. Enfim, apresentam ainda um grande despreparo para ocupar seus lugares, enquanto sujeitos sociais, para os quais nunca foram realmente convocados. O ritmo com que esses grupos se deslocam é lento, e não poderia ser diferente. A consolidação dos seus ganhos pede um acompanhamento cuidadoso e, além disso, é indispensável a criação de dispositivos de controle do processo de modo a que eles mesmos possam se apropriar de seus percursos. Mais: a faixa da população com que estamos comprometidos pede, em nome da sobrevivência, uma urgência nos resultados de seu esforço. E sabemos, ao mesmo tempo, que são muitos os fatores condicionantes para nos assegurarmos da sustentabilidade desse empreendimento coletivo (do grupo e nosso). Mas não desistimos.

A nossa experiência política, ainda recente e de custo muito alto, já comprovou a insuficiência dos discursos salvacionistas, mobilizatórios, politicamente corretos, para mudar fundamentalmente as estruturas que sustentam o funcionamento do sistema. No entanto, não podemos negar que, ao longo desse período, conseguimos algumas alterações no campo das forças em presença na sociedade atual. Senão não estaríamos agora justamente empenhados na elaboração de ferramentas mais adequadas e dotando-nos de uma dose de realismo considerável para identificar estratégias de ação mais viáveis. No momento, no plano teórico, tentamos atualizar a nossa análise para apreender com maior clareza o acontecimento global e escolher a nossa direção. Mas, juntamente com esse esforço de leitura, deparamo-nos com o desafio de inovar no campo das práticas educativas e, desta vez, deliberadamente vinculadas às transformações na esfera da economia que, em última análise, devem traduzir-se em transformações políticas.

Se o cerne da tarefa educativa é a socialização de saberes e poderes devemos estar convencidos de que, no fundo, o que nos importa prioritariamente é a qualidade das relações que se estabelecem entre os diversos sujeitos envolvidos nesse processo educativo. Trata-se, parece simples, de um jogo de apreensão, partilha, usos e exercício dos poderes e saberes que se confrontam numa mesma aventura de mais ser e mais estar. Mas isso não acontece sem a negociação da proposta e das regras de convivência necessárias.

A pergunta é: de que proposta se trata e que regras de convivência vão direcionar a sua concretização? Nessa viagem, tanto podemos fazer o caminho, nesses tempos de guerras, dos que se atêm à construção da paz universal - e o que fazemos tem seu rebatimento nessa amplitude. A luta por uma economia partilhada deve também criar condições concretas para que os interesses de uns não sufoquem a vida de outros,

semeando a violência. Assim como podemos delimitar nossa esfera de atuação ao território deste país e à zona dos que se movem, e sempre se moveram, no andar de baixo da economia capitalista.

Objetivamente, estamos, junto com os trabalhadores, nos propondo a impulsionar uma mudança radical nas relações sociais e no significado do trabalho que podem dar consistência a uma qualidade de poder diferente da que nos fizeram crer como sendo a única expressão viável da democracia. Não estamos sozinhos: são muitos, além de nós, os que se reconhecem na convergência dessa direção. A aliança que tecemos é com aqueles que deliberadamente, ou pressionados pelas circunstâncias, rejeitaram ser submetidos a mera condição histórica de mercadorias, vendendo o que restava de sua força de trabalho, e tomaram a iniciativa de produzir os seus próprios meios de vida. Como nós, eles também têm expectativas quanto aos resultados de suas ações mas, não sabem muito, com segurança, do que lhes pode acontecer. Em termos estratégicos, o que mais importa num primeiro momento é construir bem, e juntos, o ponto de partida. Não se trata de um projeto com começo, meio e fim, como aqueles com que burocraticamente estamos acostumados a lidar, presos ao tempo e às contas que temos a prestar. Interessa-nos organizar, o melhor possível, as condições necessárias para dar os primeiros passos da caminhada. Porque, no fundo, o que queremos mesmo é participar do plantio das raízes de um novo modo de sentir, pensar e agir. Precisamos de tempo e cuidados com o terreno para que as raízes adquiram profundidade e viço.

É necessário, porém, lembrar que não é só por “eles” que mergulhamos nessa tarefa. Também nós sofremos as limitações impostas pelos interesses hegemônicos. Estamos igualmente expostos à cultura difundida pelas grandes empresas de comunicação. Lutamos para sobreviver num mercado de trabalho que sabe remunerar bem as tarefas prioritárias ao sistema e submete, por exemplo, os trabalhadores da educação e da saúde a condições injustas de trabalho. Convivemos da mesma forma com um Estado dimensionado para servir a economia dos grandes capitais que, sendo assim privatizado, subverte a ordem das suas atenções para com as questões públicas. Também nós temos que assumir nossa impotência face ao estreitamento das liberdades de opção. Com uma contundência menor, somos circunscritos pelo mesmo modelo. Então, estamos exatamente na mesma luta. Descobrimos, muito devagar, que não é só ocupando os postos de decisão do poder de Estado centralizado que conseguiremos criar as condições necessárias de mudança. Giordano Bruno descobriu, por experiência própria, que o poder não transforma o poder. A força de mudança só pode vir de um outro lugar. Aí é onde nós queremos estar.

No âmbito da economia dos setores populares, pelo menos para os nossos tempos atuais – porque já houve um tempo em que os trabalhadores cuidavam de sua própria formação - o campo da formação ainda é recente. Na perspectiva em que nos colocamos, a pedagogia e as metodologias têm uma bagagem acumulada insuficiente para o tamanho do desafio e, além disso, a experiência que conseguimos reunir ainda é pouco socializada. Há muito a pesquisar, experimentar e criar em termos de dispositivos de apoio à intervenção pedagógica. Da sistematização das práticas, do acompanhamento dos trabalhos e da indispensável contribuição de todos os interessados podem surgir inúmeras indicações. Sem dúvida, o fervor da militância nos alimenta, mas não basta. É indispensável ir mais longe, criar instrumentos que apoiem o andamento dos empreendimentos coletivos e que se prestem também à coleta dos resultados para análise e avaliação das experiências em nome de uma maior eficácia das ações. Como este terreno ainda é pouco explorado, precisamos assegurar-nos da

trilha que percorremos. Essa é a parte construtiva de nossa intervenção. No fundo, o que está em jogo é uma mudança de paradigma.

A nossa aposta está, sem dúvida, assentada no desejo das pessoas. Se a subjetividade dos participantes dos empreendimentos não for tocada pelo sonho de se ampliar, se não for instigada pela necessidade de ocupar um lugar atuante na sociedade, que é único para cada pessoa, se não for movida pela dignidade de se sentir capaz de escolher e decidir seus destinos, como parte de um coletivo responsável, ainda estaremos nadando no raso, agitando as águas, sem tomar uma direção.

3. o poder como matéria de aprendizagem

A importância da transmissão de conhecimentos, devidamente ordenados e dosados para serem difundidos entre ouvintes quase passivos, definiu, durante muito tempo, o lugar e o espaço de atuação do educador. Caricaturando: a relação que se administrava era a que deveria se estabelecer entre o sujeito da aprendizagem e o objeto de conhecimento. Facilitar o acesso entre esses dois pólos era a grande arena de desempenho do educador. Os recursos mais importantes para isto eram uma didática que facilitasse a emissão e a recepção dos conteúdos e uma pitada de psicologia que ajudasse a apreender o movimento dessa cognição. Mas a educação não estaria completa se não se cuidasse da disciplina e dos comportamentos, socialmente convenientes, que deveriam ser adquiridos. Essa era a moldura pedagógica. O clima da aprendizagem era dado por uma ordem disciplinar. O reconhecimento da hierarquia das autoridades e a desejável submissão aos seus estatutos constituíam o campo de exercício de poder dos aprendizes. Tudo ficava muito visível: o educador concentrava o poder disciplinar e detinha o poder dos saberes. Para qualquer insurgência, havia um código de repressão, para recolocar a pessoa no bom caminho da educação. Alguns educadores sempre foram mais doces e permissivos (porque tiveram a intuição do principal) e ficaram, por isto mesmo, guardados entre as nossas boas lembranças. Outros se compraziam com a regência de todos os tempos da partitura autoritária. Tentamos esquecer-los, mas também nos ajudaram porque despertaram a nossa capacidade de insurgência.

O que queremos dizer, com esse rascunho de memória, é que o poder já era, desde então, matéria de aprendizado e que não há prática educativa que não se situe como uma prática política. É a perspectiva em que se ordenam as ações pedagógicas que faz a diferença. Uma coisa é pensar o poder centrado na ocupação de lugares, a partir dos quais se organiza o tecido social e se submete a dinâmica da sociedade a um controle calculado. Numa sociedade conservadora esses lugares tendem a se reproduzir. Eles são atribuídos em função de uma missão previsível. Quando o controle tende a enfraquecer-se, por alterações conjunturais (ou mesmo estruturais), é a força da repressão ou da persuasão que bloqueia os desvios possíveis. Outra coisa é o poder como inscrição de possibilidades nas relações sociais. As relações sociais são criativas porque pressupõem uma complementaridade inventiva dentro das circunstâncias concretas em que se estabelecem. O jogo de interesses, os desejos, as diferenças se confrontam porque é normal que assim ocorra uma vez que nem somos iguais nem acabados. Estamos em construção e reinventando nossos caminhos de aproximação uns dos outros. Mas para que o confronto se dê numa perspectiva produtiva, é necessário negociar um pacto coletivo que possa reger esse movimento em mutação permanente.

A ocorrência de conflitos não é, portanto, estranha à convivência entre diferentes. O que não podemos é deixar de explorá-los, no plano educativo, fazendo com que os seus motivos venham à tona para que, uma vez explicitados, possam ser trabalhados pelo coletivo como elementos de fortalecimento do grupo. Ao invés do medo das fragilidades, o seu enfrentamento. Abafar, esconder o conflito é um apelo ao faz de conta; ou seja, o retorno às velhas dinâmicas de grupo que perseguiam o consenso, a paz aparente. Identificar as tensões é um tipo de exercício que torna as relações mais reais, mais sintonizadas com as suas possibilidades, ampliando o espaço de expressão de cada um e do grupo; são ganhos de liberdade. Poderíamos dizer que o que sustenta a permanente negociação das regras de convivência é o reconhecimento do outro como indispensável ao crescimento do conjunto.

Considerando que estamos tratando principalmente com empreendimentos econômicos de formato associativo, tudo isso tem muito a ver com as nossas tarefas. Uma grande preocupação, em termos de formação, recai sobre a constituição dos processos decisórios, a montagem da estrutura de funcionamento e de seus dispositivos de controle, enfim, tudo que envolve a distribuição de tarefas, os lugares de exercício da responsabilização. Tradicionalmente, as instâncias organizacionais desses empreendimentos sempre estiveram atreladas a um arcabouço jurídico que formalizava, de maneira quase definitiva, as atribuições dos associados. Assim, uma vez reconhecido o seu estatuto, a associação passava a ter uma existência institucional, mas nunca foi a partir desse documento que se instaurou alguma dinâmica associativa. Na maioria das vezes, esse instrumento legal se impõe como alguma coisa externa à vida do grupo, mantendo até mesmo uma linguagem pouco acessível para a maioria dos associados. São pouquíssimos os grupos que têm uma prática de gestão mais coletiva e, nesse sentido, carecem de autonomia para instituir a sua própria formalidade de modo a refletir as especificidades de seus empreendimentos.

Para dar organicidade ao potencial sócio-econômico que guardam, os associados precisam saber com clareza o que querem, conhecer muito bem a atividade produtiva que escolheram, para conseguir identificar as estratégias que possam abrir caminho à consolidação de seu empreendimento. O estudo de viabilidade econômica e gestão democrática, feito pelos participantes do grupo, com o apoio do educador, e na perspectiva em que o colocamos, é um instrumento de muita riqueza pedagógica. Se levarmos em conta o seu caráter processual, os associados terão oportunidade para deixar claro o que eles já sabem e podem a respeito do que querem, a experiência que acumularam em trabalhos coletivos e, ao mesmo tempo, vão descobrir o que ainda precisam saber e fazer para, concretamente, emprestar sentido ao seu trabalho e abrir espaço para as relações que justificam o seu pacto de convivência.

É bom desconfiar que não é o educador que vai levar aos grupos um saber novo, a partir do qual eles vão reorientar suas vidas. O saber do educador vai servir para que os saberes e os não saberes dos participantes do empreendimento venham à tona, possam ser apropriados por eles mesmos de uma forma articulada. As situações de aprendizagem e de vivência democrática que surgem ao longo do processo não são previsíveis nem pelo educador nem pelos grupos. Este processo não é programático. Desse confronto entre saberes e não saberes diferentes, imaginários e práticas sociais diversificadas, uma série de outros elementos vão surgir e vão retemperar a sensibilidade de todos (inclusive a do educador). É essa resultante do confronto que nos interessa, em termos educativos. Portanto, o centro das preocupações não é mais a emissão e recepção de mensagens, mas sim, aquilo que podemos reinventar coletivamente a fim de ampliar a nossa liberdade de ser e de estar no mundo.

ANEXO III

LISTA DE PARTICIPANTES

Laudemir Luiz Zart	UNEMAT/UNITRABALHO
Sônia Marize	Incubadora UNB
Carmen Melo	Migue Confeção
Francisco Assis	CENTROCOP
Joana D'Arque A de Souza	Fórum Goiano de Economia Solidária
Neide Castilho dos Santos	Banco Pirê
Lilian R. da Silva	Instituição de Ensino Nova Era
Rosângela Góes	GT de Formação
Angela Marques de Almeida	SENAES
Fernanda Abreu Nagem	Secretária Executiva do FBES
Ademar Bertucci	Cáritas Brasileira
Samara Sampaio	Secretária Executiva do FBES
Paul Singer	SENAES
Roberto Marinho	SENAES
Gabriela Cavalcanti Cunha	SENAES
Ariadne Cristina Coelho dos Santos	Obra Social Dom Bosco
Camila Zuncon	ITCP/UFV
Galdene Conceição dos Santos	CDDH
Terezinha de Jesus Pimenta	Capina
Aparecida Maria A.P. Carvalho	Centro de Direitos Humanos N.I. da Diocese
Wilson Stavarengo	IDEST
Mariana Giroto	UNISOL Brasil
Cláudia M. Bardelotti	Prefeitura de Jales
Francisca Rodrigues	GT de Formação/ANTEAG
João Luis da Silva	GT de Formação/Movimento Fé e Política
Adriana Bezerra	GT de Formação/CEDAC
Maria Aida Bezerra Costa	SAPE/Capina
Ana Maria Dubeux Geravais	INCUBACCOP/UFRPE
Graciete dos Santos	CASA DA MULHER NORDESTE
Renata Cameiro de Holanda	NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / UFPE
Daniela Nart	CARITAS NORDESTE II
Zuzélia Vitória	ITCP/UNEB
Moacir Gomes de Farias	GRUPO COLMÉIAS
Diogo Rêgo	BANSOL
Jaime Conrado de Oliveira	CARITAS MARANHÃO
Vanda dos Santos	ASSEMA
Eudázio Nobre de Brito	ASSOCIAÇÃO SANTOS DIAS
Raimundo Nonato Lima	CEARA PERIFERIA
Gilvanete Lúcio de Oliveira	Centro Social de Ação Comunitária de Arapiraca
Lenivaldo Lima	GT de Formação/ Catente Harmonia
Débora Nunes	GT de Formação/ EPADE-UNIFACS
Gabriel Kraychete	Educador Convidado
José Carlos Moraes	Cáritas Brasileira
Lara	
Manoel Reinaldo C. Ferreira	Coletivo Educacional em Economia Solidária
Raimundo Tavares Carvalho	Comissão Gestora Estadual
Maria Auxiliadora do Nascimento	Fórum Amazonense de Economia Solidária
Rosangela Melo	Fórum Amazonense de Economia Solidária
Joana Mota	Paramazônia
Geraldo P. Teixeira	COPATIORO
Leni da Silva Souza	AMUC
Iana Vasconcelos	Núcleo de Mulheres de RR
Elielma C. Oerzi	ITCP/RR
Francisco Vieira	Centro Patativa
José Carbonar	Prefeitura de Palmas
Richard Gomes	EMREDE/FGES
José Inácio	CAMPI
Ana Beatriz Baron Ludvig	BRUSCOR
Ana Cristina Milanez	SENAES
Fernando Anízio	ASA
Marly Batista Oliveira	Família Legal
Rosiany Maria da Silva	UNITRABALHO
Edinara Terezinha de Andrade	GT de Formação/ITCP FURB
Valmor Schiochet	GT de Formação/SENAES

